



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**Comunicação da Ciência em Tempos de Pandemia:
estudo de caso sobre a comunicação da vacina nos governos
do Distrito Federal e de São Paulo**

Renata de Oliveira Miranda Gomes

Brasília – DF

Outubro/2021



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**Comunicação da ciência em tempos de pandemia:
estudo de caso sobre a comunicação da vacina nos governos
do Distrito Federal e de São Paulo**

Renata de Oliveira Miranda Gomes

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política,
do Instituto de Ciência Política, Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Ciência Política, sob a orientação da
professora Marisa von Bulow.

Brasília – DF

Accountability belongs to our humanity.
(Clifford Christians, 2018)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a meus pais, Luciana e Ricardo, por sempre terem incentivado meus objetivos acadêmicos e meus sonhos. Sem o apoio incondicional de vocês, nada disso teria sido possível. Agradeço também ao meu irmão, Ricardo, e à minha cunhada, Natália, pelo apoio. Também dedico este trabalho aos meus avós Nilma, Antônio Cláudio (*in memoriam*), Geralda (*in memoriam*) e Reinaldo (*in memoriam*).

Agradeço aos professores Fernando Paulino (FAC/UnB) e Ana Claudia Farranha (FD/UnB) por terem acreditado no meu trabalho e me orientado nas iniciações científicas, que me motivaram a querer seguir carreira acadêmica. Também agradeço aos professores dos departamentos de Sociologia da UnB, em especial Prof^a Sayonara Leal e Prof^a Ana Paula Martins, e aos de Ciência Política, em especial Prof^o Denilson Bandeira, Prof^a Graziela Teixeira e Prof^a Débora Rezende, por todos os ensinamentos. Além disso, agradeço ao Prof^o Murilo Bataglia, pela orientação na iniciação científica, e pelos apontamentos essenciais como parecerista desta monografia.

Agradeço aos meus amigos do Projeto Politeia, que foram meus maiores companheiros durante a graduação. Meu tempo no Politeia me engrandeceu muito, e tenho certeza que levarei vocês comigo por muito tempo. Também agradeço ao projeto UnBCast, em especial aos amigos do podcast Papo UnBês, e aos professores Elton Bruno Pinheiro e Carina Flexor. A Faculdade de Comunicação como um todo me acolheu e me ensinou a perceber as potencialidades da informação. Ter participado de projetos de extensão tão incríveis me ensinou que a vida universitária é muito mais ampla que a sala de aula.

Agradeço aos meus amigos de longa data Luiza, Pedro, Johan, Gabriel, Amanda, Prisley e Maria Joana, pelo companheirismo e ao meu parceiro, Gustavo, que me apoia nas minhas empreitadas acadêmicas. Um agradecimento especial vai ao meu amigo Guilherme que, sem dúvidas, foi essencial para a realização desta monografia e de outras pesquisas.

Agradeço à Professora Marisa von Bülow pela orientação nesta monografia, e pelos ensinamentos essenciais. Tenho imensa admiração pela senhora. Ter feito esta monografia com a sua ajuda foi uma honra muito grande.

Por fim, agradeço à Indiana University Bloomington por ter sido meu lar por um semestre, e à Universidade de Brasília, por ser meu lar eterno. A UnB me abriu portas além de minha imaginação, e espero um dia poder retribuir todo o conhecimento agregado.

RESUMO

A presente monografia busca responder à pergunta: Como as mídias sociais podem ser usadas por governos para promover a comunicação da ciência? Para tal, realizou-se um estudo comparado sobre as postagens sobre a imunização contra a Covid-19 no Twitter oficial dos governos do Distrito Federal e de São Paulo durante o período de 19 de novembro de 2020 e 17 de janeiro de 2021. Conclui-se que o debate sobre a vacina, apesar de presente no período analisado, não se sobrepôs às demais pautas apresentadas no universo da análise. Ademais, entende-se que observar a comunicação da ciência por parte de governos em um momento de crise na saúde pública e pandemia mundial é importante. A dimensão da informação da *accountability* e a transparência ativa são características fundamentais de um governo democrático e preocupado em representar dignamente os seus representados.

Palavras-chave: Comunicação da Ciência; Twitter; Governo do Distrito Federal; Governo de São Paulo; vacina; Covid-19.

ABSTRACT

This research seeks to answer the question: How can social media be used by governments to promote the communication of science? To this end, a comparative study was carried out on posts about vaccination against Covid-19 on the official Twitter of the governments of the Federal District and São Paulo between November 19, 2020, and January 17, 2021. It is noted that the debate on the vaccine, despite being present in the period analyzed, did not overlap with the other agendas presented in the universe of analysis. Furthermore, it is understood that observing the communication of science by governments at a time of public health crisis and global pandemic is important. The information dimension of accountability and active transparency are fundamental characteristics of a democratic government concerned with the dignified representation of its representatives.

Keywords: Communication of science; Twitter; Federal District's Government; São Paulo's Government; vaccine; Covid-19.

LISTA DE SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CNM – Confederação Nacional de Municípios
CVI – Consórcio de Veículos da Imprensa
ESPPII – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
GDF – Governo do Distrito Federal
GSP – Governo de São Paulo
HRAN – Hospital Regional da Asa Norte
IGES-DF – Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal
OMS – Organização Mundial da Saúde
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
PCST – *Public Communication of Science and Technology*
PEI – Plano Estadual de Imunização
PNI – Programa Nacional de Imunizações
PNO – Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19
SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUS – Sistema Único de Saúde
UNA-SUS – Universidade Aberta do SUS
UPA - Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Iniciativas de PCST e suas avaliações

Quadro 2 – Exemplos de falas oficiais do presidente Jair Bolsonaro sobre a vacina contra a Covid-19

Quadro 3 – Comparação dos grupos prioritários nos planos de vacinação a nível federal (PNO) e no estado de São Paulo (PEI)

Quadro 4 – Engajamento dos cinco tuítes do GDF com maior número de curtidas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação de número de seguidores nas plataformas de rede social do GDF e do Governo de São Paulo

Tabela 2 – Comparação de postagens que citam a imunização e o total de postagens coletadas

Tabela 3 – Engajamento nas postagens do GDF sobre a imunização contra a Covid-19

Tabela 4 – Classificação das postagens por assunto

Tabela 5 – Classificação das postagens sobre Covid-19 por assunto

Tabela 6 – Classificação das postagens sobre Covid-19 por emissor da mensagem

Tabela 7 – Classificação das postagens sobre Covid-19 quanto à fonte da informação

Tabela 8 – Classificação das postagens sobre Covid-19 quanto às informações oficiais

Tabela 9 – Classificação das postagens sobre Covid-19 quanto às intenções da informação sobre a vacina

Tabela 10 – Classificação das postagens sobre Covid-19 quanto à questão federalista

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Postagens no Twitter do governo de SP por semana epidemiológica

Gráfico 2 – Postagens no Twitter do governo de São Paulo sobre a chegada de novas doses da vacina por semana epidemiológica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Postagem no Twitter sobre o início da produção da CoronaVac

Figura 2 – Postagem no Twitter de campanha de doação de sangue no DF

Figura 3 – Postagem no Twitter com a números quantitativos da pandemia da Covid-19 no DF

Figura 4 – Postagem no Twitter com a números quantitativos da pandemia da Covid-19 em SP

Figura 5 – Postagem no Twitter do governo de SP sobre a Anvisa e a aprovação do uso emergencial da Coronavac

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Accountability e Transparência Ativa	14
2.1. O debate sobre <i>Accountability</i> política	14
2.2. Accountability da informação e Transparência Ativa	16
2.3. Mídias Sociais como instrumento de transparência e <i>accountability</i>	18
2.3.1. O caso do Twitter	19
3. Comunicação Pública da Ciência	22
3.1. Comunicação Pública	22
3.2. Comunicação Científica e Comunicação Pública da Ciência	24
3.3. Discursos sobre a vacina	28
3.3.1. A questão federalista: quem manda?	33
3.3.2. Relações com o Distrito Federal e São Paulo	35
4. O Twitter como meio de comunicação da ciência: analisando os resultados	38
4.1. Coleta e Operacionalização dos Dados	38
4.2. Análise descritiva dos tuítes sobre a imunização	41
4.3. Análise de conteúdo dos tuítes sobre a imunização	46
4.3.1. Primeira fase: categorização por assunto	46
4.3.2. Segunda fase: análise dos tuítes sobre a imunização contra a Covid-19	52
4.3.3. Caso especial: coletivas de imprensa do estado de São Paulo	59
5. Considerações Finais	61
6. Referências Bibliográficas	64
APÊNDICE I - Caderno de Códigos para Análise de Conteúdo	74

Introdução

O acesso à informação e à comunicação pública da ciência são essenciais para que um governo possa assegurar a confiança da população e promover o desenvolvimento econômico da sociedade, principalmente em tempos de crise de saúde pública. Justamente em contextos de pandemia, é “importante que os canais de comunicação oficial do governo atuem com transparência, prestando serviços, informações e normativas para fomentar o debate público e promover a escolha racional” (OLIVEIRA; BACCARIN; GUIMARÃES, 2020, p. 2). Torquato e Soares (2020, p. 94) destacam ainda que a visualização de dados e as mídias sociais como canal de diálogo com a população têm um grande potencial de promoção da transparência e participação.

Esta pesquisa contribui para os debates em torno de dois conceitos-chave: *accountability* da informação (PITKIN, 1967; BOVENS, GOODIN, SCHILLEMANS, 2014) e comunicação pública da ciência (BUCCHI, TRENCH, 2008; PAULINO, GUAZINA, OLIVEIRA, 2016). O foco neste caso é a dimensão da informação, que também se relaciona com a questão da transparência ativa. A transparência se estabelece como essencial para um processo democrático legítimo e para a tomada de decisão por parte da população, e possui também duas dimensões: a ativa, que engloba as informações que determinado governo voluntaria ao público, seja por meio de páginas oficiais ou mídias sociais, e a passiva, que abrange a solicitação formal e “envolve a obrigação dos funcionários de satisfazer as demandas de cidadãos ao invés de apenas fornecer a informação mais fácil de ser coletada” (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018, p. 611). Ao promover a transparência ativa, um governo está cumprindo a *accountability* da informação, disponibilizando a informação para a sociedade civil.

A presente monografia busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: como as mídias sociais podem ser usadas por governos para promover a comunicação institucional da ciência? Para responder à questão, será realizado um estudo comparado sobre as postagens no Twitter oficial dos governos do Distrito Federal e de São Paulo durante o período de 19 de novembro de 2020 e 17 de janeiro de 2021. O dia 19 de novembro representou a chegada das primeiras doses da vacina contra a Covid-19 no Brasil, e o dia 17 de janeiro foi o dia em que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou para o uso emergencial as vacinas Coronavac e Oxford/Astrazeneca. Optou-se por analisar o Twitter pela grande quantidade de seguidores e aderência dentre as mídias sociais oficiais dos governos analisados, e pela viabilidade da coleta.

O objetivo geral é analisar de que maneira os governos, a nível estadual, usam da comunicação por estes meios para disseminar a comunicação da ciência. Os objetivos específicos são:

- a) Perceber qual o espaço que a comunicação pública da ciência ocupa dentro das pautas tratadas na página oficial do Twitter do Governo do Distrito Federal e do Governo de São Paulo;
- b) Comparar os posicionamentos ideológicos dos dois governadores frente ao Governo Federal, e entender suas estratégias de imunização da população;
- c) Apresentar o perfil de comunicação pública da ciência do governo Ibaneis Rocha (DF) e João Dória (SP) na mídia social escolhida;
- d) Entender como a comunicação da ciência se relaciona com a dimensão da informação da *accountability* e, conseqüentemente, a transparência ativa;
- e) Comparar como os governos estudados usaram a mídia social escolhida para promover o debate sobre a vacina contra a COVID-19.

Foram coletados 584 tuítes dos dois perfis oficiais dos governos estudados – DF (@Gov_DF) e SP (@governosp) – por meio do software em Python TWINT Project. O Twitter foi a mídia social escolhida para a pesquisa pela possibilidade da coleta, além da repercussão das postagens lá publicadas. Foi usada como método de análise a estatística descritiva dos tuítes e a análise de conteúdo dos mesmos. Em primeiro lugar, foi realizada a classificação das postagens coletadas por assuntos, para que se fosse possível entender a temática das postagens, e separar as que citaram a imunização contra a Covid-19 das demais. Em seguida, esses tuítes específicos foram classificados a partir dos seguintes nós: emissor da mensagem, fonte da informação, intenção da informação, questão federalista e formato da informação.

A presente monografia é dividida em três partes. Em primeiro lugar, discute o debate atual sobre *accountability* e transparência, com foco especial para a dimensão da informação da *accountability*, e o uso do Twitter como instrumento de promoção da transparência ativa. Na seção seguinte, são analisadas as diferenças conceituais entre comunicação pública e institucional, além de sua especificação em comunicação pública da ciência. A mesma seção também identifica os discursos atuais sobre a imunização no contexto da pandemia da Covid-19, e a relação política entre os governadores do DF, Ibaneis Rocha, e de SP, João Dória, com o governo federal e o

presidente da República. Por último, apresenta-se maior detalhamento sobre as estratégias metodológicas, e os resultados das análises descritivas e de conteúdo dos tuítes.

1. **Accountability e Transparência Ativa**

O presente capítulo tem como objetivo realizar uma breve revisão teórica dos conceitos de *Accountability* e Transparência Ativa. A primeira parte trata especificamente do debate sobre *Accountability* política no Brasil e no exterior, tomando como base os pensamentos de Campos (1990) e Pinho e Sacramento (2009), além de Fox (2007), Schedler (1999) e Bovens (2010).

A segunda parte diz respeito mais especificamente à dimensão da informação da *Accountability* e sua relação com o conceito de Transparência Ativa, a partir das contribuições de autores como Brandsma (2014) e Michener, Contreras e Niskier (2018). Já a última parte trata do Twitter como instrumento de *accountability* para governos e instituições políticas, em diálogo próximo com as pesquisas de Recuero (2014), Recuero e Zago (2009) e Almeida (2016).

1.1. **O debate sobre *Accountability* política**

O debate sobre *accountability* no Brasil permeia diversas áreas. Campos (1990) afirma que o conceito de *accountability*, quando aplicado à Administração Pública, não se trata da mera realização de reformas institucionais ou desenvolvimento de organizações. “A simples criação de mecanismos de controle burocrático não se tem mostrado suficiente para tornar efetiva a responsabilidade dos servidores públicos” (CAMPOS, 1990, p. 1). Para a autora, o efetivo controle social da máquina pública vai além da visão de Montesquieu (2007) de separação dos poderes, mas sim com a fiscalização por parte dos cidadãos. “Somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a *accountability*” (CAMPOS, 1990, p. 6). A participação, a credibilidade dos representantes e a transparência são fatores fundamentais. Pinho e Sacramento (2009) respondem aos apontamentos feitos por Campos quase duas décadas depois e afirmam que o termo *accountability* não pode ser traduzido para o português. Para os autores, o conceito, assim como uma cultura de responsabilização social e controle do governo por parte da sociedade ainda está em desenvolvimento.

Fox (2007) indica que *accountability* é comumente usada como abreviação de *accountability* pública. “A maioria das discussões sobre *accountability* pública refere-se à *accountability* institucional, na medida em que se referem às relações de poder entre os responsáveis pela confiança pública e os cidadãos” (FOX, 2007, p. 28). Fox ainda explica que, no nível mais básico, *accountability* se refere ao processo de fazer com que os atores sejam responsáveis e prestem contas de suas ações, o que envolve o conceito de responsividade -

“geralmente um processo formal no qual as ações são realizadas de acordo com padrões específicos de comportamento e desempenho” (FOX, 2007, p. 28). No entanto, há autores que julgam que apenas a responsividade é o suficiente para se ter *accountability* (o que Fox chama de *soft accountability*). Já outros acreditam que são necessárias sanções para aqueles que não alcançam os padrões de comportamento (*hard accountability*).

Miguel (2014) é um destes autores que se posicionam em prol das sanções. O autor escreve que o conceito remete “à capacidade de os constituintes imporem sanções aos governantes, notadamente reconduzindo ao cargo aqueles que se desincumbem bem de sua missão e destituindo os que possuem desempenho insatisfatório” (MIGUEL, 2014, p.174-175). Já para Hanna Pitkin, *accountability* é “um processo pelo qual os representantes devem prestar contas dos seus mandados e ser sensíveis às necessidades e demandas dos representados” (PITKIN, 1967, p. 47). Em contrapartida, há também o conceito de autorização, que remete à delegação de legitimidade na qual os representados permitem que os representantes ajam por si.

Schedler (1999) aponta que o conceito de *accountability* remete a duas dimensões: *answerability* e *enforcement*. O primeiro diz respeito à capacidade de determinado ator de responder por seus atos. “A noção de *answerability* indica que ser *accountable* por alguma coisa indica na obrigação de responder a perguntas desagradáveis e vice-versa. Que ser *accountable* a alguém implica a oportunidade de responder perguntas desconfortáveis” (SCHEDLER, 1999, p. 15, tradução por OLIVEIRA, 2018, p. 22). São dois aspectos centrais nesta dimensão, quando Schedler pensa em quais perguntas e quais respostas são feitas: o aspecto da informação, no qual os atores são solicitados a informar suas decisões e ações, e o aspecto da argumentação, no qual se solicita uma explicação sobre as decisões. “*Accountability* então envolve o direito de receber informações e a obrigação correspondente de divulgar todos os detalhes necessários. Mas também implica no direito de receber uma explicação e o dever correspondente de justificar a conduta de certo indivíduo” (SCHEDLER, 1999, p. 15, *tradução própria*¹). A segunda dimensão implica o uso de poder para aplicar sanções. O *enforcement* aponta que os atores não apenas devem se sujeitar à obrigação de responder por suas ações e explicar por que as fez, mas também serem punidos por comportamentos impróprios. “Ações de *accountability* que expõem delitos, mas não

¹ No original: Accountability thus involves the right to receive information and the corresponding obligation to release all necessary details. But it also implies the right to receive an explanation and the corresponding duty to justify one’s conduct.

impõem consequências materiais vão parecer fracas” (SCHEDLER, 1999, p. 15-16, tradução própria²).

É importante citar também a diferença entre a *accountability* horizontal e a vertical. Miguel (2014) escreve que a horizontal se justifica no controle que poderes exercem um sobre o outro. Como exemplo, pode-se indicar o poder do Judiciário de se julgar atos do Executivo. Enquanto a versão vertical remete “à necessidade que os representantes têm de prestar contas e se submeter ao veredicto da população” (MIGUEL, 2014, p. 172). Como ilustração primordial desta última temos as eleições. “Por meio de eleições razoavelmente livres e justas, os cidadãos podem punir ou premiar um mandatário votando a seu favor ou contra ele ou os candidatos que apoie na eleição seguinte” (O'DONNELL, 1998, p. 28).

Bovens (2010) também faz uma importante contribuição para o debate ao distinguir *accountability* como virtude e *accountability* como mecanismo. A primeira se estabelece como uma qualidade desejada em instituições governamentais e chefes de governo. No entanto, Bovens aponta este como um conceito passível de contestação, “porque não há um consenso geral sobre os parâmetros para comportamento *accountable*, e porque estes parâmetros diferem, dependendo do cargo, contexto institucional, era e perspectiva política” (2010, p. 949). Já a segunda visão, a *accountability* como mecanismo ou relação social, envolve a obrigação de explicar-se diante de seus atos e justificar a sua própria conduta. Implica uma relação entre ator (*accounter*), que pode ser um servidor público específico ou uma organização, e fórum (*account-holder* ou *accountee*), que pode também ser uma pessoa específica, como um ministro, um jornalista, o chefe direto, ou uma instituição, como o órgão auditor ou a própria sociedade civil (BOVENS, 2010, p. 951).

O presente trabalho adotará a visão de Schedler de *accountability* como *answerability*, que dialoga com a dimensão da *accountability* da informação de Brandsma (2014). Também trará como foco maior a distinção de Bovens (2010) da *accountability* como mecanismo.

1.2. Accountability da informação e Transparência Ativa

Brandsma (2014) dialoga com Bovens (2010) ao indicar os três elementos da *accountability* como mecanismo: “informação fornecida pelo ator ao fórum; debate ou discussões entre ator e fórum, e julgamento (eventualmente incluindo a imposição de consequências)

² No original: *Exercises of accountability that expose misdeed but do not impose material consequences will appear as weak.*

realizado pelo fórum” (BRANDSMA, 2014, p. 7, *tradução própria*³). Em termos práticos, a dimensão da informação remete à disponibilidade de informações e a frequência com a qual cidadãos são informados por atores. A da discussão diz respeito ao espaço disponível para debate quanto às informações dadas, o esclarecimento diante perguntas e justificativas para respostas oferecidas (OLIVEIRA, 2018). Já a dimensão das consequências remete a sanções, como a possibilidade de fóruns reverterem decisões tomadas, ou poderem participar na escolha de chefes de instituições (BRANDSMA, 2014).

Esta monografia tratará especificamente da dimensão informativa, que se sobrepõe em certa medida ao debate sobre transparência, como explica Brandsma:

A diferença conceitual é que a transparência é sobre a disponibilidade de informações que muitas vezes não são direcionadas a um destinatário específico (geralmente para o público em geral), enquanto a *accountability* é sobre a transferência real de informações para um destinatário específico (o fórum de *accountability*). Para a transparência contribuir para a *accountability*, o destinatário, portanto, realmente precisa ler e processar a informação disponível (BRANDSMA, 2014, p. 8, *tradução própria*⁴).

A transparência se estabelece como essencial para um processo democrático legítimo e para a tomada de decisão por parte da população. Cunha Filho associa transparência à democracia ao afirmar que ao se dar transparência a atos de agentes públicos, cidadãos são munidos “das informações de que precisam para participar ativa e constantemente do processo de elaboração de políticas públicas” (2018, p. 880).

É importante afirmar também que o conceito de transparência possui duas dimensões: a ativa, que engloba as informações que determinado governo voluntaria ao público, seja por meio de páginas oficiais ou mídias sociais, e a passiva, que envolve a solicitação formal e “envolve a obrigação dos funcionários de satisfazer as demandas de cidadãos ao invés de apenas fornecer a informação mais fácil de ser coletada” (MICHENER; CONTRERAS; NISKIER, 2018, p. 611). Ao promover a transparência ativa, um governo está cumprindo a *accountability* da informação, disponibilizando a informação para a sociedade civil.

³ No original: *information provided by the actor to the forum, debate or discussion between actor and forum, and judgment (eventually including imposing consequences) passed by the forum.*

⁴ No original: *The conceptual difference is that transparency is about the availability of information which is often not targeted at a specific recipient (usually at the public at large), whereas accountability is about the actual transfer of information to a specific recipient (the accountability forum). For transparency to contribute to accountability, the recipient thus actually needs to read and process the available information.*

1.3. Mídias Sociais como instrumento de transparência e *accountability*

Desde que a internet surgiu, existem pesquisas que buscam entender a relação entre o uso da mesma e a democracia (OLIVEIRA, 2018, p. 13). Foi apenas em 2010, no entanto, que as mídias sociais⁵ passaram a ser efetivamente usadas em campanhas políticas eleitorais no Brasil (CERVI, 2016). Nos Estados Unidos, por exemplo, a campanha de Barack Obama à Presidência de 2008 já contou com o uso das plataformas (BIMBER, 2014). Em 2012, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, no Brasil, divulgou uma norma que estabelece as diretrizes para o uso seguro das mídias sociais na Administração Federal. O documento reconhece que as mídias sociais são um fenômeno mundial e que, no Brasil, o seu uso pode ser “uma ferramenta para aproximarem-se ainda mais do cidadão brasileiro e prestar atendimento e serviços públicos de forma mais ágil e transparente, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL, 2012). A partir deste momento, percebe-se um marco na comunicação institucional de governos no Brasil, com o foco maior no uso estratégico das mídias sociais.

O uso dessas mídias sociais e instrumentos tecnológicos pelo governo nos remete ao conceito de governo eletrônico, que se refere “ao processo de conectar cidadãos digitalmente ao seu governo de maneira com que se possa acessar as informações e serviços oferecidos por agências governamentais” (LAU *et al*, 2008, p. 89). O trabalho de Balutis (2001) estabelece quatro fases para a adoção de um *e-government*. São elas: (i) disseminação de informação, (ii) interação, (iii) transação e (iv) *seamless service* (serviços interconectados). A primeira fase consiste na disponibilização de informação pelo governo. Em seguida, a fase da interação leva em conta a capacidade de entrar em contato com os governos nos recursos de 'correspondência interativa' nos chamados 'recursos de solicitação' (BALUTIS, 2001). A terceira fase implica a possibilidade de promover transações online como acesso a informações pessoais e aquisição de itens digitalmente. Já a última fase trata da possibilidade de se promover serviços interconectados entre os diferentes níveis de governo, de uma maneira em que o público busca as informações sem necessitar conhecimentos aprofundados sobre o funcionamento da máquina pública. O Twitter pode ser

⁵ Ou plataformas de redes sociais, de acordo com Recuero (2014).

usado para todas as etapas deste processo, mas a presente monografia se atentará ao uso pela fase i: disseminação de informação.

Almeida (2021) afirma que, apesar do debate sobre as relações entre representação política e plataformas de mídias sociais ainda estarem em um estágio embrionário, as mídias sociais podem ser consideradas sim como um meio importante de promover *accountability*. Primeiramente, a autora remete a pesquisadores sobre a democracia digital ao citar a possibilidade de mídias sociais reduzirem a distância entre sociedade civil e atores políticos por meio da interação direta. Além disso,

As ferramentas digitais também podem aumentar a capacidade das pessoas de desenvolver julgamento político e fortalecer a conexão entre representantes e representados. Dado que a responsabilização não resulta automaticamente do processo eleitoral, as TICs são percebidas por vários estudiosos como um meio de melhorá-lo, especialmente promovendo o acesso à informação e a facilitação da comunicação. Elas também podem aumentar as conexões emocionais e a proximidade entre os representantes e os representados, transformando a *accountability* em um processo bidirecional que inclui a transmissão de contas dos políticos, através da mídia, ao cidadão, e dos cidadãos aos políticos (ALMEIDA, 2021, p. 6).

Existem estudos voltados para uso de mídias sociais por governos para promover a *accountability*. Um grande exemplo é o trabalho de Oliveira (2018), no qual se buscou saber se as plataformas digitais podem ser usadas por governos para este fim, tendo como base o uso do Facebook pelo governo do Distrito Federal. A sua proposta de pesquisa era compreender o processo de disponibilização da informação pública por meio da plataforma, além de compreender o fluxo de demanda por informações, e analisar se o governo distrital dialogava com o cidadão (OLIVEIRA, 2018, p. 15-16). Oliveira entendeu por meio da análise da atuação do GDF entre os anos 2015 e 2017, que “o GDF criou uma estrutura específica para publicizar suas ações e responder os cidadãos por essa plataforma de rede social” (OLIVEIRA, 2018, p. 82), e que esta ação era um ponto positivo em direção à *accountability* por meio de mídias sociais. Na próxima subseção, será tratado especificamente sobre o Twitter como meio de promoção da *accountability*.

1.3.1. O caso do Twitter

O Twitter é uma plataforma de mídias sociais que foi lançada em 2006. Pode ser “definido como um espaço na web que permite aos seus usuários construir perfis públicos, articular suas redes de contato e tornar visíveis essas conexões” (RECUERO; ZAGO, 2009, p. 82). Recuero e Zago apontam ainda que o Twitter possibilita a publicação de informações e a conversação entre usuários (2009, p. 93). Além disso, uma particularidade do Twitter é que nele se pode acompanhar

uma conta – com o uso da ferramenta “Seguir” – sem que haja reciprocidade. “Permite também ao interagente observar as publicações sem ter que participar delas, o que faz do Twitter uma fonte de consulta para qualquer pessoa da rede” (VICENTE, 2015, p. 61).

O Twitter também pode ser caracterizado pelo imediatismo, “ao viabilizar o compartilhamento de informação em tempo real e, dependendo do uso, pode ser uma mídia relativamente interativa” (AMARAL, 2016, p. 19). Amaral cita a possibilidade do uso do “@” (arroba) para citar outros perfis e possibilitar a interação e o diálogo. Além das duas ferramentas já mencionadas, pode-se usar o “#” (*hashtag*) para “convergir as mensagens de diversos usuários para assuntos específicos ligados às palavras-chave utilizadas, criando grupos instantâneos e heterogêneos para o debate dos mais diversos temas” (AMARAL, 2016, p. 19). Uma última possibilidade de interação entre perfis é o uso do compartilhamento (retuite), que pode ser usado para “mostrar acordo ou desacordo com o que foi compartilhado, para subscrever uma causa ou movimento, para dar visibilidade a uma informação importante ou mesmo para atrair para si status pessoal” (AMARAL, 2016, p. 20). O Brasil é atualmente o 4º país no mundo com maior engajamento na plataforma. São mais de 14 milhões de usuários inscritos (BARBERIA *et al*, 2021 p.6).

Amaral (2016), ao retomar o estudo de Panagiotopoulos e Sams (2012) sobre o uso do Twitter por governos locais no Reino Unido, cita que não há unanimidade em estudos empíricos sobre o uso de instituições e organizações governamentais da plataforma, mas que há

boas iniciativas que promovem a transparência de informações públicas e aumentam a interação entre o setor público e os cidadãos, como também o uso mais incipiente da plataforma apenas como mural eletrônico das notícias que as gestões públicas julgam positivas sobre si mesmas – um quadro que demonstra um estágio de adoção ainda incipiente das novas tecnologias por parte dos governos, mas também um sinal de refração à transparência observada mesmo em países desenvolvidos e democráticos. Do ponto de vista dos representantes e gestores públicos, estudos sobre o uso do Twitter por políticos em campanhas eleitorais têm demonstrado que eles dispensam pouca atenção aos recursos de interação da plataforma, tendendo à autopromoção e ao compartilhamento de informações gerais, fugindo dos debates mais controversos (AMARAL, 2016, p. 22).

O trabalho de Panagiotopoulos e Sams (2012) é interessante para perceber que o uso da mídia social para a divulgação de informações de interesse público por atores políticos acontece há mais de uma década. Os autores fazem duas principais observações quanto ao conteúdo produzido pelas 187 contas que eles pesquisaram no início de 2011. Em primeiro lugar, o conteúdo é caracterizado por uma localização tanto geográfica quanto temporal, que é indicado por meio de

hashtags e palavras-chave. “Este é um padrão bastante positivo nos esforços para aumentar a visibilidade das postagens e suas chances de alcançar um público mais amplo” (PANAGIOTOPOULOS E SAMS, 2012, p. 11). A segunda observação é que o Twitter não é usado como uma plataforma isolada, mas sim como parte de uma estratégia organizada de mídias sociais. Mesmo que as atualizações das contas sejam realizadas automaticamente por outras plataformas, e vice-versa, “a possibilidade de engajar com uma audiência maior aumenta substancialmente” (PANAGIOTOPOULOS E SAMS, 2012, p. 11).

De acordo com pesquisa brasileira do TIC Domicílios 2019, divulgada em 2020, 72% dos usuários de internet usou redes sociais para se comunicar. A mesma pesquisa registrou que 53% usou a internet para buscar informações relacionadas à saúde ou a serviços de saúde, e 42% usou a internet para procurar informações oferecidas por sites de governo (CETIC.BR, 2021). A Secretaria de Comunicação do Distrito Federal é ativa no uso das plataformas de redes sociais para se comunicar com a população. De acordo com o site do GDF, a finalidade do uso das plataformas de redes sociais “é levar ao conhecimento da sociedade as ações do Governo de maneira rápida e interativa, fomentando a democratização da gestão” (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, 2020).

2. Comunicação Pública da Ciência

A presente seção é dividida em três partes. Em primeiro lugar, é destrinchado o conceito de comunicação pública e suas diversas facetas. Este será diferenciado da comunicação estatal e/ou governamental, do setor público de comunicação no Brasil – em especial na figura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), da comunicação institucional e da comunicação política. A segunda seção trata dos conceitos de comunicação científica e comunicação pública da ciência, usando como base as análises de Brandão (2006). Também se apresentam modelos de comunicação pública da ciência, como o de Irwing (2008) e o apresentado por Zamboni (1997).

Tendo por base essa conceituação do que é comunicação pública da ciência, a terceira parte busca apontar a influência de certos discursos sobre a vacinação contra a Covid-19 no Brasil que de certa forma colidiria com o propósito desta real comunicação pública. Assim, também busca apontar a sua relação com conceitos como *fake news* e infodemia. Em seguida, nesse tema de saúde pública, passa-se a retratar a questão federalista que envolve o Sistema Único de Saúde, e como os governos estaduais a serem estudados nesta monografia – Distrito Federal e São Paulo – trataram da imunização, e sua relação com o governo federal e o Plano de Operacionalização da Imunização a nível nacional. Essa abordagem se justifica tendo em vista o objeto deste trabalho, procurando já introduzir os principais elementos de análise que será empreendida em momento posterior.

2.1. Comunicação Pública

A Constituição Federal de 1988 estabelece no art. 37, §1º, que “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social” (BRASIL, 2018, p. 27). O art. 5º, XXXIII, indica que todos têm o direito de “receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” (BRASIL, 2018, p. 10). Já o art. 23, V, afirma que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 2018, p. 19).

Brandão (2009) indica que comunicação estatal se refere ao Estado, e a comunicação governamental diz respeito ao Governo. Brandão (2006) explica que estes são uma dimensão da

comunicação pública na medida em que se entende como responsabilidade do Estado ou do Governo a criação e manutenção de fluxos de informação com os cidadãos a quem estes se referem (p. 6). Ademais, deve ser um “instrumento de construção da agenda pública” (Idem, p. 6) e direcionamento dos trabalhos em prol da *accountability* e do debate público. “Trata-se de uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, ações, atividades e políticas que são realizadas e que são de interesse público” (BRANDÃO, 2006, p. 6).

Paulino, Guazina e Oliveira (2016) apontam que o setor público de comunicação se define justamente pelos princípios da universalidade e do acesso à informação igualitário por toda a sociedade. No Brasil,

o compromisso com a ideia de pluralidade (interna e externa), com a diversidade de fontes nas coberturas jornalísticas, com a presença de temas voltados para as demandas e os interesses dos cidadãos, a ética e o apartidarismo está, portanto, manifesto explicitamente na lei de criação de um sistema público de comunicação brasileiro (PAULINO; GUAZINA; OLIVEIRA, 2016, p. 59).

No trecho citado, os autores fazem referência à Lei 11.652 de 2008, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e definiu justamente os princípios do sistema público de comunicação que está vigente hoje no Brasil. Torquato e Soares mencionam ainda que a comunicação pública é definida pelo objeto, e não pelos sujeitos envolvidos no diálogo. “O poder público é o principal interessado em praticar a comunicação pública; afinal, o sentido maior de existência do Estado é a garantia dos direitos fundamentais” (TORQUATO; SOARES, 2020, p. 92). A “comunicação pública não se confunde com divulgação, promoção, apresentação de conquistas e realizações órgão ou entidade públicos. Isso é comunicação institucional ou governamental” (TORQUATO; SOARES, 2020, p. 89). Entretanto, Oliveira, Baccarin e Guimarães (2020, p. 2) afirmam que, quando se fala em comunicação institucional, é preciso ter em mente que “o processo de definição do que é publicado nas mídias sociais pode sofrer interferência dos gestores das pastas”. Os autores apontam ainda que, diante de situações de crise – como a crise sanitária da Covid-19, faz-se fundamental que governos atuem de maneira transparente, promovendo informações que fomentem o debate da sociedade civil e prestem serviços à sociedade (2020, p. 2).

A comunicação institucional se difere ainda mais da comunicação pública pela sua caracterização como função estratégica de influenciar no processo de tomada de decisões da

instituição em vez de apenas contribuir para atingir determinados objetivos. “De uma forma global, a Comunicação Institucional/Corporativa é a área que faz a gestão dos interesses e necessidades dos diversos *stakeholders* e da própria organização” (EIRÓ-GOMES, 2013, p. 1051). Segundo Kunsch, a comunicação institucional é “a responsável direta, por meio da gestão estratégica das relações públicas, pela construção e formatação de uma imagem e identidade corporativas fortes e positivas de uma organização” (2003, p. 164).

Já a comunicação política é equivalente ao estudo das relações entre mídia e política. É estabelecida, segundo Brandão, a partir de dois enfoques principais:

Em um deles, ela utiliza instrumentos e técnicas de comunicação para a expressão pública de ideias, crenças e posicionamentos políticos, tanto dos governos quanto dos partidos. De outro, diz respeito às disputas perenes entre os proprietários de veículos e detentores de novas tecnologias de comunicações e o direito da sociedade a interferir e determinar conteúdos e o acesso a esses veículos e tecnologias em seu próprio benefício e não em benefício das empresas (BRANDÃO, 2006, p. 7).

Para a presente monografia, o conceito principal a ser adotado será o de comunicação pública enquanto comunicação governamental. Ou seja, enquanto mecanismo para que os representantes no poder realizem a *accountability* da informação e permitam que os constituintes tenham acesso às ações do governo, e possam estar constantemente informados do que aqueles que lideram estão fazendo.

2.2. Comunicação Científica e Comunicação Pública da Ciência

Quando se trata da comunicação pública da ciência, outros fatores precisam ser levados em consideração. Como Brandão (2006) argumenta, a comunicação científica tem objetivo específico:

criar canais de integração da ciência com a vida cotidiana das pessoas em sociedade, ou seja, despertar o interesse da opinião pública em geral pelos assuntos da ciência, buscando encontrar respostas para a sua curiosidade em compreender a natureza, a sociedade, seu semelhante (BRANDÃO, 2006, p. 3).

A autora cita dois fatores que colaboram para que atividades de comunicação científica sejam identificadas com comunicação pública. Primeiramente, é importante se ter em mente que a comunicação científica surge da divulgação científica, em junção com conhecimentos no campo da difusão da informação no Brasil. Em diversas áreas, como a agrícola e a saúde pública, “o uso dos meios e de estratégias de comunicação foi determinante e esteve voltado para o aspecto pedagógico de informar para a cidadania” (BRANDÃO, 2006, p. 4). Dessa forma, o fato de a

comunicação científica ser essencialmente voltada para o interesse da sociedade civil a torna alinhada com os princípios da comunicação pública.

O segundo fator citado pela autora é o fato de que “a produção e difusão do conhecimento científico incorporam preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas que ultrapassam os limites da ciência pura e que obrigaram as instituições de pesquisa a estender a divulgação científica além do circuito de seus pares” (BRANDÃO, 2006, p. 4). A aproximação entre a ciência e a comunicação passou a ser essencial até mesmo como uma forma de responsabilização social da produção científica (DUARTE; BARROS, 2003).

Costa, Sousa e Mazocco (2010) escrevem que modelos de comunicação pública da ciência podem ser abordados diante de duas visões. Uma que prevê a comunicação tratando o público como mero receptor do conhecimento, enquanto a outra assume o público como ocupador de um papel de participação ativa, como um diálogo entre emissor e receptor (p. 151). O ideal é que, para se haver uma comunicação efetiva da ciência, a sociedade que recebe a mensagem precisa exercer um papel ativo. “A ideia de que a comunicação e, particularmente, a fala e a escrita são intrinsecamente processos ativos, tornou possível (...) entender a comunicação como uma esfera da atividade social de direito próprio, em que as mensagens são formadas e construídas” (COSTA; SOUSA; MAZOCCO, 2010, p. 152).

Zamboni (1997) retoma Bueno (1984) ao tratar das diversas facetas da difusão científica. Bueno escreve que difusão científica é uma terminologia mais abrangente, que envolve desde períodos especializados e bancos de dados (chamada por Zamboni por difusão para especialistas), até programas de rádio e televisão (difusão para o grande público). Esta se desdobra em disseminação científica – que pode ser intrapares ou extrapares – e divulgação científica.

Não está claro na Constituição Federal a qual órgão se recai a função de recodificar para uma linguagem não especializada a informação proveniente de pesquisas e inovações científicas. Entretanto, não é o suficiente que um governo apresente à sociedade um banco de dados que não façam sentido para o cidadão que não possui um conhecimento especializado. A transparência ativa implica em “apresentar os dados de forma que façam sentido para o interlocutor e sirvam para orientar sua ação política” (TORQUATO; SOARES, 2020, p. 94), enquanto a divulgação científica é o “processo de veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações que têm como audiência o cidadão comum, a pessoa não especializada, o leigo” (BUENO, 2014, p. 6).

Irwing cita o relatório⁶ de 2000 da Casa dos Lordes, no Parlamento Britânico, como histórico por ressaltar a necessidade de se estabelecer um novo modelo de diálogo entre a ciência e sociedade, e por indicar que a relação entre os mesmos está tensionada. O documento clama por uma mudança na cultura da comunicação científica e da tomada de decisões para que se torne comum a aproximação entre os atores científicos e a sociedade civil desde os estágios iniciais da pesquisa (IRWING, 2008, p. 200). O autor também cita o plano de ação⁷ da União Europeia de 2002, que “apelou a um diálogo aberto sobre inovação tecnológica como parte de sua nova parceria entre ciência e sociedade” (IRWING, 2008, p. 200). Os dois documentos ilustram as iniciativas institucionais que ocorreram na Europa no início do século XXI, movidas pela percepção de que a comunicação científica requer maior esforço e incentivo por parte de todos os atores da comunicação envolvidos (emissor, meio e receptor).

Irwing (2008) desenvolveu um modelo de se pensar a comunicação pública da ciência, em especial a relação entre o emissor e o receptor, e sua relação com a políticas públicas voltadas ao tema. O modelo estabelece as categorias de primeira, segunda e terceira ordem. A primeira tem como questão principal a ignorância pública e a educação técnica, e o estilo de comunicação é classificado como “*one-way*”, ou seja, cientistas ou representantes governamentais possuem a informação e repassam-na de maneira passiva à sociedade. O foco é a ciência. A segunda ordem tem como questão principal o diálogo, a transparência e a construção de confiança entre o emissor e o receptor da mensagem. O estilo de comunicação é “*two-way*”, e se busca a *accountability* e a responsividade do público. O foco nesta situação é a comunicação e o engajamento. Já a terceira ordem tem como questão principal a qualidade e a necessidade de mudanças sociotecnológicas. O estilo comunicativo envolve múltiplos atores e enquadramentos, e é aberto à contestação de problemáticas, buscando atender às preocupações e prioridades sociais. Neste caso, o foco são as culturas científicas e políticas.

É importante mencionar que o modelo apresentado por Irwing não remete a diferentes fases no desenvolvimento da comunicação pública da ciência, no qual uma dá espaço à outra. “O modelo de déficit coexiste com a conversa sobre diálogo e engajamento. Enquanto algumas organizações e indivíduos olham para soluções rápidas e fáceis para problemas comunicativos, outros

⁶ Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/ld199900/ldselect/ldsctech/38/3801.htm>

⁷ Disponível em: http://www.asset-scienceinsociety.eu/sites/default/files/ss_ap_en.pdf

começaram a refletir sobre limitações inerentes, contextualizações e condições de ambos os modelos” (IRWING, 2008, p. 199, tradução própria⁸).

Neresini e Pellegrini (2008) escrevem que os diferentes modelos são relevantes para que se possa realizar uma avaliação da comunicação pública da ciência e da tecnologia – que os autores abreviam de PCST (*Public Communication of Science and Technology*). “Avaliar atividades de PCST com o propósito de transmitir o conhecimento não é o mesmo que avaliar outra atividade com o propósito de promover discussões baseadas em diferentes atores sociais sobre uma determinada questão” (NERESINI; PELLEGRINI, 2008, p. 240, tradução própria⁹).

Quadro 1 – Iniciativas de PCST e suas avaliações

Atividades e objetivos de PCST	Tipo de interação comunicativa	Tipo de resultado esperado	Em quem os efeitos deverão ser observados?
Informação	<i>Top-down</i>	Altamente predeterminado	Público
Convencimento/persuasão	<i>Top-down</i>	Altamente predeterminado	Público
Discussão/diálogo	Horizontal	Principalmente aberto	Todos os atores sociais envolvidos

Fonte: Adaptado de NERESINI; PELLEGRINI, 2008, p. 241.

Por fim, os autores afirmam que uma comunicação teve seu efeito esperado quando “podemos dizer que algo mudou para aqueles envolvidos no processo de comunicação” (NERESINI; PELLEGRINI, 2008, p. 243, tradução própria¹⁰). Estas mudanças podem ser de

⁸ No original: *The deficit model coexist with talk of dialogue and engagement. While some organisations and individuals look for quick and easy solutions to communication problems, others have begun to reflect on the inherent limitations, contextualities and conditionalities of both deficit and dialogue.*

⁹ No original: *evaluating PCST activity with the purpose of transmitting knowledge is not the same as evaluating another activity with the purpose of promoting discussion between different social actors about a certain issue.*

¹⁰ No original: *we can say that something has changed for those involved in the communication process.*

conhecimento (quando se aprendeu algo), atitude (quando a maneira como concebemos determinado aspecto de nossa experiência sofre alteração), e comportamento (se começamos a fazer algo que não fazíamos antes). É com esta análise que buscarei responder à pergunta de pesquisa.

2.3. Discursos sobre a vacina

O SARS-CoV-2, o novo coronavírus responsável por causar a doença da Covid-19, foi identificado pela primeira vez no dia 7 de janeiro de 2020 pelas autoridades chinesas. Desde o dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) havia sido alertada sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China (OPAS, 2020a). Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Foi a sexta vez na história que uma ESPII fora declarada (OPAS, 2020b). Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

No Brasil, o primeiro caso foi identificado no estado de São Paulo, no dia 26 de fevereiro. O paciente era um homem de 61 anos que havia viajado recentemente à Itália (UNA-SUS, 2020). A primeira morte por Covid-19 foi registrada também em São Paulo, no dia 17 de março de 2020 (G1, 2020). Desde então, o país já registrou mais de 21,4 milhões de casos e mais de meio milhão de mortes (dados de 3 de outubro de 2021) segundo o Consórcio de Veículos da Imprensa (CVI) a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde¹¹.

Com o aumento dos casos de Covid-19 no Brasil, houve um aumento também da necessidade de informações que pudessem guiar a população. A partir da chegada das primeiras doses da vacina e da autorização concedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o uso emergencial¹², a necessidade de um fluxo de informações constante cresceu exponencialmente. Barberia *et al* afirma que “em uma política de vacinação, a comunicação governamental e política é fundamental para criar engajamento da sociedade. Nesse caso, desinformação e *fake News* podem contribuir muito para o fracasso da vacinação, diminuindo a cobertura vacinal” (2021, p. 2).

¹¹ O Consórcio foi criado em junho de 2020 pelos jornais G1, O Globo, Extra, Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL “em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de Covid-19” (G1 *et al*, 2020a). Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>

¹² Até o momento em que a presente monografia foi escrita (outubro de 2021), apenas as vacinas da Pfizer/BioNTech e Oxford/AstraZeneca receberam o registro definitivo para uso no Brasil pela Anvisa.

Para que se possa entender então os discursos sobre a imunização contra a Covid-19 realizadas no Brasil, é importante primeiro entender a diferença entre informação enganosa, desinformação e má-informação, e também perceber os prejuízos destes transtornos de informação para a comunicação governamental sobre a ciência. Giordani *et al* (2021) apontam o enquadramento jurídico de subcategorias de transtornos da informação realizado pelo *Council of Europe*. Eles são

- Informação enganosa (ou *mis-information*) – “é a informação falsa, mas sem a intenção de causar mal, ou, então, uma informação verdadeira erroneamente interpretada ou retirada do contexto em que foi produzida e fazia sentido” (GIORDANI *et al*, 2021, p. 2864);
- Desinformação (*Disinformation*) – conteúdo que é fabricado ou retirado de contexto, com fins de enganar. “Conteúdo falso com intenção deliberada de prejudicar e de causar danos” (GIORDANI *et al*, 2021, p. 2865);
- Má-informação (*Mal information*) – “Conteúdo baseado em fatos, mas que pode sofrer distorções, usado intencionalmente para prejudicar pessoas, grupos ou minorias” (GIORDANI *et al*, 2021, p. 2865);

O artigo de Giordani *et al* aponta que o fenômeno percebido na pandemia da Covid-19 no Brasil não diz respeito apenas a essas três subcategorias, como apontadas pelo *Council of Europe*, mas também a conceitos mais amplos. Coletivamente, estes representam um abalo na ciência e nas relações entre a sociedade civil e as instituições democráticas.

Isso parece ter se evidenciado de tal maneira durante a pandemia de COVID-19 que passamos a nos preocupar tão fortemente com o fenômeno da disseminação de conteúdo enganoso e mal-intencionado quanto com a propagação do novo coronavírus. Este fenômeno tem sido denominado de infodemia, e refere-se mais detidamente à disseminação veloz e em larga escala de informações variadas e conteúdo inverídico, ocasionando uma profunda desinformação (GIORDANI *et al*, 2021, p. 2865).

Os autores apontam também duas extremidades de interpretações de sentido que se estabeleceram com o já mencionado aumento da necessidade de informações fidedignas sobre a saúde pública. São elas o chamado lado científico, que tem como características a confiança na ciência e de princípios como publicidade e reprodutibilidade, e o lado negacionista, que se estabelece na crença em informações inverídicas e na rejeição em geral de argumentações baseadas em estudos científicos. “As perspectivas negacionistas sobre a COVID-19 se situam no interior de uma corrente anticientífica e anti-histórica mais abrangente dentro da qual podemos também

encontrar, por exemplo, o terraplanismo, o movimento anti-vacina e a rejeição do holocausto” (GIORDANI *et al*, 2021, p. 2868).

Ainda de acordo com Giordani *et al*, as mídias sociais, como o Twitter, detêm papel importante na disseminação de conteúdos que geram transtornos de informação. Justamente pela facilidade de propagação e simplicidade, informações que não possuem verdade podem ser compartilhadas para muitas pessoas em pouco tempo. Quando personalidades que possuem influência na população adotam este discurso e passam a disseminar informações inverídicas, o problema tende a piorar.

A legitimidade e autoridade que esses representantes políticos gozam é seguramente um fator de convencimento para a população. Desta forma, certos discursos podem ser seguidos por parcela da sociedade não por veicularem uma imagem verossímil sobre a pandemia, mas por se alinharem a posicionamentos políticos e ideológicos anteriores. Com efeito, se a representação sobre a crise sanitária depende em parte de orientações de valor e ideológicas – em detrimento de conteúdos factuais e provenientes de fontes autorizadas –, incorre-se na descoordenação de medidas e na absoluta falta de governança da crise em suas diferentes dimensões (GIORDANI *et al*, 2021, p. 2868).

Desta forma, percebe-se como fundamental voltar o olhar sobre o impacto que o fluxo comunicacional estabelecido por figuras de grande relevância nacional, como o Presidente da República Jair Bolsonaro, tem sobre a sociedade civil. Um exemplo ilustrativo deste movimento é o caso do isolamento social, que a OMS afirma ser um dos principais jeitos de conter e prevenir a disseminação da Covid-19¹³. A pesquisa de Ajzenman, Cavalcanti e Da Mata apontou que, após Bolsonaro minimizar publicamente os riscos da Covid-19 e desaconselhar o isolamento social, “as medidas de distanciamento tomadas por cidadãos em locais pró-governo enfraqueceram em comparação com lugares onde o apoio político do presidente é menos forte” (2020, p. 10, tradução própria)¹⁴.

O Boletim 31 da Rede de Pesquisa Solidária¹⁵ aprofunda a análise sobre o impacto da comunicação pública da ciência de Jair Bolsonaro ao demonstrar a profundidade dos ataques do presidente à vacina CoronaVac nas mídias sociais. Dentre as principais conclusões citadas pelo Boletim estão que o maior volume de publicações no Twitter de Bolsonaro sobre a CoronaVac aconteceu justamente em janeiro de 2021, quando a campanha de imunização teve início de fato.

¹³ Informação disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>

¹⁴ No original: *the social distancing measures taken by citizens in pro-government localities weakened compared to places where political support of the president is less strong.*

¹⁵ A Rede de Pesquisa Solidária é formada por mais de 100 pesquisadores “mobilizados para aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas do governo federal, dos governos estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da Covid-19 para salvar vidas” (BARBERIA *et al*, 2021, p. 21).

Além disso, a pesquisa registra que o presidente mencionou a vacina para registrar a oposição à aquisição desta pelo Ministério da Saúde e o uso da mesma pela população. “O presidente se recusou, reiteradamente, a atribuir créditos ao governo do Estado de São Paulo, ou ainda utilizar o nome correto da vacina, CoronaVac” (BARBERIA *et al*, 2021, p. 1).

A pesquisa de Barberia *et al* aponta que, dos 75 discursos oficiais publicados na página do Planalto entre 9 de março de 2020 e 14 de março de 2021, 19 continham referências sobre a vacinação, e 4 faziam referência direta ou indireta à CoronaVac. O Quadro 2 demonstra algumas das principais falas do presidente.

Quadro 2 – Exemplos de falas oficiais do presidente Jair Bolsonaro sobre a vacina contra a Covid-19

Semana Epidemiológica	Data	Fala de Jair Bolsonaro
32/2020	02/08/2020 – 08/08/2020	Presidente Bolsonaro faz a 1ª menção à vacina no dia 6 de agosto de 2020
39/2020	20/09/2020 – 26/09/2020	Presidente anuncia investimento de 400 milhões de reais para produção de vacina Astrazeneca/Oxford, em parceria com a Fiocruz.
43/2020	18/10/2020 – 24/10/2020	Presidente enfatiza o caráter não obrigatório da vacina
51/2020	13/12/2020 – 13/12/2020	“(…) a vacina uma vez certificada pela Anvisa vai ser extensiva a todos, queiram tomar, eu não vou tomar”.
51/2020	13/12/2020 – 13/12/2020	Presidente emite questionamentos acerca de possíveis efeitos colaterais das vacinas (Pfizer e CoronaVac), utiliza termos como “vacina da China” e sugere a possibilidade de que indivíduos vacinados virem ‘jacarés’”.
04/2021	24/01/2021 – 30/01/2021	Presidente reafirma a importância de vacinas e assegura a existência de ‘contratos, convênios e compromissos’ para a compra das vacinas
05/2021	31/01/2021 – 06/02/2021	Presidente afirma que ‘não adianta ficarmos nos lastimando, fazendo placares daquilo que de ruim vem acontecendo’ e sugere investimento na vacina como parte da solução.
09/2021	28/02/2021 – 06/03/2021	“O que é mais importante, a vacina ou o remédio?”

14/2021	04/04/2021 – 10/04/2021	Presidente questiona o desejo pela vacina por conta do preço da dose: “(...) queremos a vacina?”
20/2021	16/05/2021 – 22/05/2021	Presidente refere-se à questão da compra da Pfizer. Reflete: “Não podemos imaginar algo no braço do povo brasileiro, sem responsabilidade”.

Elaborado pela autora. Adaptado de BARBERIA *et al* (2021, p. 15).

Percebe-se que o discurso direciona a uma rejeição à vacina CoronaVac e à imunização contra a Covid-19 de maneira geral. A pesquisa de Barberia *et al* salienta ainda que:

Grande parte das informações equivocadas ou falsas associadas à CoronaVac foram identificadas em plataformas associadas a agentes públicos, tais como deputadas federais e estaduais e até mesmo o Presidente da República. Essas plataformas ampliam o alcance das mensagens e mascaram a desinformação e as notícias falsas, que passam a ser associadas à autoridade e ao prestígio dos cargos ocupados por seus interlocutores (BARBERIA *et al*, 2021, p. 19).

Este posicionamento é corroborado por Recuero, Soares e Zago (2021), que estudaram como a desinformação sobre a pandemia da Covid-19 circulou no Twitter. Os autores mencionam que o “Twitter é um espaço onde acontecimentos sociais e políticos são, muitas vezes, ressignificados em função da interpretação e da discussão entre usuários” (RECUERO; SOARES; ZAGO, 2021, p. 5). Eles indicam também que a ressignificação do espaço virtual oferece uma legitimação de comportamentos dissonantes, como o movimento anti-vacina e o não uso de máscaras, justamente pela possibilidade de construção de narrativas que têm como fundamento os transtornos da informação citados anteriormente.

Por fim, é importante mencionar que estes discursos de desinformação têm impactos. Pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM)¹⁶, realizada entre 12 e 15 de julho de 2021, ouviu 2.826 gestores para entender como estavam sendo implementadas as medidas de restrição e isolamento social, os padrões de aumento de casos de infectados e óbitos e a aplicação de imunizantes na população. A pesquisa aponta que 74,6% dos municípios pesquisados registrou casos de pessoas que quiseram escolher com qual vacina iriam se imunizar contra a Covid-19. Além disso, percebeu-se que a opção mais recusada (50,6%) era a CoronaVac – a vacina que o presidente Jair Bolsonaro e tantos outros atores políticos de relevância nacional protestam contra.

¹⁶ Pesquisa disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Pesquisa-CNM_Covid-19_Ed17.pdf

2.3.1. A questão federalista: quem manda?

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 5º o direito à vida como um direito fundamental. No artigo 22 especificamente, indica a saúde como de competência comum da União, dos Estados e do Distrito Federal, e dos municípios. Os programas e as ações de saúde no Brasil integram uma rede única regionalizada e hierarquizada que seguem as diretrizes da descentralização, participação ativa da comunidade (o que se reflete em conselhos nos quais membros da sociedade civil têm lugar garantido) e o atendimento integral. O SUS, estabelecido no artigo 200 da CF, é constituído pelo conjunto de ações e serviços prestados por instituições de todos os níveis da federação, além de fundações mantidas pelo poder público, como a Fiocruz e o Instituto Butantan. O SUS passou por um processo intenso de municipalização e descentralização no início de sua implementação. No entanto, é interessante mencionar como a Lei 8.080, de 1990, estabelece as competências específicas para cada nível da federação no quesito da saúde (BRASIL, 1990).

Enquanto cabe ao governo federal coordenar e participar na execução de ações de vigilância epidemiológica, cabe aos governos estaduais coordenar e, em caráter complementar, executar estas mesmas ações e serviços. Já o governo municipal tem como competência apenas a execução dos serviços. Menicucci e Marques (2016) escrevem que a regionalização das políticas de saúde depende justamente da ação do governo estadual, que pode ou não assumir o papel de agente coordenador e definir então incentivos à cooperação intermunicipal. Diante deste cenário legal confuso, pode-se inferir que o governo federal e os governos estaduais possuem uma competência concorrente¹⁷. Isso leva a desentendimentos sobre a quem cabe, no contexto da pandemia da Covid-19, por exemplo, criar o plano de vacinação, realizar a compra e distribuição, e aplicação das vacinas.

A partir do dia 17 de janeiro, a imunização contra a Covid-19 começou a ser realizada em todo o Brasil. A nível federal, tem-se o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO). A primeira edição¹⁸ do PNO foi publicada no dia 16 de dezembro de 2020. Na

¹⁷ Em abril de 2020, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou por unanimidade o entendimento de que medidas adotadas pelo governo federal para o enfrentamento da pandemia “não afastam a competência concorrente nem a tomada de providências normativas e administrativas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios” (STF,2020).

¹⁸ Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1a-Edic%C3%A7%C3%A3o-Plano-Nacional-de-Vacinac%C3%A7%C3%A3o-contra-Covid_V1_16dez20.pdf

data da divulgação desta versão do documento, não havia vacinas já aprovadas para uso emergencial no Brasil. O documento registra um quadro com resumo dos principais dados das vacinas em fase III de pesquisa clínica¹⁹. Durante o ano de 2020, o governo federal usou como estratégia o uso da vacina da AstraZeneca, a ser produzida baseada em acordo entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a mencionada farmacêutica (G1, 2020). O referido acordo “foi assinado com a Fiocruz em setembro de 2020, três meses após o acordo entre o Instituto Butantan e a Sinovac para iniciar o ensaio clínico no Brasil” (BARBERIA *et al*, 2021, p. 2).

Além desta parceria, o governo federal aderiu à aliança coordenada pela OMS Covax Facility, para a aquisição de 42,5 milhões de doses. “Mesmo com a opção de solicitar doses suficientes para vacina de 10% a 50% da população, o governo brasileiro optou pela cobertura mínima de 10% da população e apenas no último minuto” (BARBERIA *et al*, 2021, p. 3). Ao longo de 2020, não foram assinados outros acordos com empresas para a compra de vacinas. Na primeira semana de 2021, foi assinado acordo para distribuição de 100 milhões de doses da CoronaVac (VALENTE, 2021). Em março de 2021, foram fechados mais dois acordos para a importação das vacinas da Pfizer e da Janssen (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021a).

O PNO I também estabelecia os grupos prioritários a serem vacinados e a estimativa de doses de vacinas necessárias para cada grupo, em conformidade com a OMS. O texto registra que:

Optou-se pela seguinte ordem de priorização: preservação do funcionamento dos serviços de saúde, proteção dos indivíduos com maior risco de desenvolvimento de formas graves e óbitos, seguido da preservação do funcionamento dos serviços essenciais e proteção dos indivíduos com maior risco de infecção (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020, p. 22).

No Quadro 3 há uma listagem dos grupos prioritários do PNO I. Até a elaboração desta monografia, em outubro de 2021, foram publicadas 10 edições do Plano Federal. Nesta última versão, estão listadas como vacinas em uso no Brasil a Sinovac/Instituto Butantan, a da AstraZeneca/Fiocruz, a da Pfizer/BioNTech e a da Janssen. Além disso, o documento registra informações sobre novas variantes do coronavírus no Brasil, e sobre possíveis erros de imunização e condutas recomendadas na aplicação dos imunizantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021b).

¹⁹ A pesquisa e desenvolvimento de vacinas perpassa uma série de etapas. São elas: 1) pesquisa básica; 2) realização de testes pré-clínicos, que devem demonstrar a segurança e o potencial de imunização; 3) ensaios clínicos, que são por sua vez divididos em fases (I – primeiro estudo a ser realizado em seres humanos, II – fase que tem como objetivo estabelecer a imunogenicidade, III – fase que tem como objetivo demonstrar sua eficácia e obtenção do registro sanitário, IV – vacina disponibilizada à população) (INSTITUTO BUTANTAN, s.d.).

2.3.2. Relações com o Distrito Federal e São Paulo

O Distrito Federal atualmente é governado por Ibaneis Rocha (MDB) e tem como vice-governador o presidente do partido Avante no DF, Paco Britto (Avante). A relação entre o presidente Jair Bolsonaro e o governador do DF é extremamente amistosa. Em diversas ocasiões, Ibaneis Rocha se disse apoiador do governo federal, e o mesmo se deu vice-versa. Certa vez, Bolsonaro declarou que “Nós aqui somos um só governo. União e Distrito Federal é um casamento perfeito” (SOARES, 2021). Desde o início da pandemia no Brasil, o DF se estabeleceu como um aliado do governo Bolsonaro. O repórter de política local Alexandre de Paula escreveu no *Correio Braziliense* no final de 2020 que

Ibaneis, um dos primeiros governadores a adotar medidas mais rígidas contra a Covid-19, tornou-se um aliado relevante para o Executivo nacional em relação às estratégias definidas durante a pandemia. Nos bastidores, a avaliação do Palácio do Planalto era de que o retorno das atividades comerciais no DF poderia puxar movimentos do tipo no restante do país, o que, de fato, ocorreu. O emedebista participou de diversos encontros na sede do governo federal no período e a decisão pela reabertura teve efeito em outras partes do Brasil (PAULA, 2020).

Foram poucas as ocasiões de discordâncias públicas entre os dois políticos. Um exemplo que pode ser mencionado ocorreu em março de 2021. No dia 8 do mês, o GDF decretou toque de recolher para tentar reduzir a disseminação da Covid-19. Durante videoconferência com congressistas, Bolsonaro classificou as medidas tomadas por Ibaneis como estado de sítio, e afirmou que “apenas ele, na condição de presidente da República, poderia tomar essa decisão, mediante consulta ao Congresso Nacional” (GALVÃO, 2021). O governador do DF respondeu em seu perfil no Twitter, afirmando que o Distrito Federal estava com uma restrição na mobilidade das pessoas por medida sanitária. No entanto, reafirmou em sua fala que tem “apreço e respeito” pelo presidente.

O DF possui documento próprio de organização para a vacinação contra a Covid, que foi publicado em janeiro de 2021, e não foi atualizado desde então. O documento informa logo na introdução que

O Programa Nacional de Imunizações (PNI/MS) coordena todas as ações de vacinação no território nacional e o Distrito Federal, além de receber os imunobiológicos, segue todas as normativas do programa, o que se estenderá para a vacinação contra a COVID-19.

A vacinação está prevista para ser iniciada assim que os imunobiológicos forem disponibilizados pelo Ministério da Saúde (MS) e abrangerá, inicialmente, a população mais vulnerável ao vírus e os grupos necessários para a manutenção dos serviços de saúde. No Distrito Federal, as ações de imunização contra a COVID-19 serão coordenadas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), em um trabalho conjunto entre a Subsecretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e a Subsecretaria de Assistência Integral à Saúde (SAIS).

Para que a vacinação contra a COVID-19 tenha êxito no Distrito Federal é necessário que todos os setores da SES estejam envolvidos e realizem todos os esforços para a operacionalização deste plano (SECRETARIA DE SAÚDE, 2021, p. 5).

O estado de São Paulo é governado por João Doria (PSDB), e tem como vice-governador Rodrigo Garcia (PSDB). A relação entre Doria e Bolsonaro não foi sempre antagônica. Nas eleições de 2018, o governador de São Paulo foi às urnas com uma camiseta amarela com os dizeres “bolsodoria”, fazendo referência ao voto casado com o Bolsonaro enquanto este era candidato à Presidência (DANTAS, 2018). Até o meio do ano de 2019, foram diversas as ocasiões de animosidade em público, como no momento em que Bolsonaro desafia Doria e outros presentes em evento em São Paulo a fazer dez flexões de braço (O GLOBO, 2019).

Entretanto, a partir de julho daquele ano, a relação entre os dois entrou em crise. “Após uma declaração de Bolsonaro eximindo os militares do desaparecimento e morte do pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, durante a ditadura militar, João Doria classificou a fala como ‘inaceitável’ e ‘infeliz’” (O GLOBO, 2021). Em seguida, viu-se uma troca de acusações infundadas entre os políticos, culminando em uma discussão pública em reunião do presidente com governadores em março de 2020. Na ocasião, Bolsonaro acusou Doria de “usar de ‘demagogia barata’ e afirmou que o tucano ‘não tem responsabilidade’ e ‘não tem altura para criticar o governo federal’” (O GLOBO, 2021).

Quanto à imunização contra a Covid-19, o Governador João Doria deixou claro desde cedo que não seguiria as diretrizes do governo federal. Ainda em junho de 2020, foi anunciado pelo estado que fora fechada uma parceria entre o Instituto Butantan a farmacêutica chinesa Sinovac Life Science para a realização de testes clínicos da vacina CoronaVac (BARBERIA *et al*, 2021, p. 2). Em janeiro de 2021, o Secretário de Saúde de São Paulo, Jean Gorinchteyn, e o governador apresentaram aos prefeitos do estado o Plano Estadual de Imunização (PEI). Este plano incluiu apenas a vacina CoronaVac, que passou a ser chamada em discursos e comunicações oficiais do governo de Vacina do Butantan. No quadro a seguir, pode-se comparar os grupos prioritários registrados nos planos de vacinação iniciais.

Quadro 3 – Comparação dos grupos prioritários nos planos de vacinação a nível federal (PNO) e no estado de São Paulo (PEI)

PNO (usado a nível federal, e adotado pelo Governo do Distrito Federal)	PEI (usado a nível estadual, em São Paulo)
--	---

Trabalhadores da Saúde	Trabalhadores da Saúde, Indígenas e Quilombolas
Pessoas de 80 anos e mais	Pessoas de 75 anos ou mais
Pessoas de 75 a 79 anos	Pessoas de 70 a 74 anos
Pessoas de 70 a 74 anos	Pessoas de 65 a 69 anos
Pessoas de 65 a 69 anos	Pessoas de 60 a 64 anos
Pessoas de 60 a 64 anos	
População indígena aldeado em terras demarcadas	
Povos e comunidades tradicionais ribeirinhas e quilombolas	
Grupos com comorbidades	
Trabalhadores de educação	
Pessoas com deficiência permanente severa	
Forças de Segurança e Salvamento	
Funcionários do sistema de privação de liberdade	
População privada de liberdade	

Elaborado pela autora. Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE (2020) e GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2021).

De maneira geral, este capítulo buscou elucidar a questão da comunicação pública, com foco central na comunicação pública da ciência e os discursos sobre a vacina contra a Covid-19 promovidos no Brasil. Ao entender a importância da delimitação de quem manda quando se trata das políticas públicas de saúde pública em um momento de crise, podemos analisar a crise federalista que se instituiu quantos diferentes entes federativos tratam da mesma questão.

3. O Twitter como meio de comunicação da ciência: analisando os resultados

O presente capítulo, que trata dos aspectos metodológicos e a análise empírica, está dividido em 3 partes. Este capítulo compreende a execução do objetivo deste trabalho, a saber: analisar de que maneira os governos no nível estadual usam da comunicação pelo Twitter para disseminar a comunicação pública da ciência. A primeira parte do capítulo consiste na coleta e a operacionalização dos dados, com detalhamento sobre os métodos e técnicas usados na pesquisa. A segunda realiza uma análise descritiva dos tuítes coletados, apresentando os resultados de maneira quantitativa. Já a terceira parte trata da análise de conteúdo das postagens coletadas em si.

3.1. Coleta e Operacionalização dos Dados

Foi utilizado o Twint Project²⁰ para realizar a coleta das postagens no Twitter, que é “uma ferramenta avançada de mineração de dados no Twitter em Python, que não usa a API do Twitter” (POLDI, 2019, tradução livre). O Twint usa o sistema de busca avançada do Twitter para coletar e compilar os tweets em determinado período. A coleta foi realizada no dia 9 de agosto, e foram recolhidas 584 postagens, sendo estas 240 do perfil do governo do DF (@Gov_DF²¹) e 344 do perfil do governo de SP (@governosp²²). O período escolhido para a análise foi entre os dias 19 de novembro de 2020 e o dia 17 de janeiro de 2021, totalizando 59 dias. O dia 19 de novembro foi a data em que as primeiras doses de vacina contra a Covid-19 chegaram ao Brasil (HOMERO, 2020), e o dia 17 de janeiro foi quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso emergencial das vacinas Coronavac e Oxford-AstraZeneca, e quando a vacinação de fato teve início (ANVISA, 2021).

O Twitter foi selecionado para o estudo de caso por uma série de motivos. O principal motivo pela escolha desta plataforma em detrimento de outras foi pela possibilidade da coleta. Além disso, o Twitter é a mídia social em que o governo do DF tem mais seguidores (Tabela 1). Também é uma plataforma interessante de se analisar por ter a presença de formadores de opinião, pois “a discussão política no âmbito da esfera pública se dá em um nível social, em conversações que vão além dos círculos sociais de alguns poucos usuários e atingem um público maior”

²⁰ Disponível em: <https://github.com/twintproject>

²¹ Twitter do GDF: <https://bit.ly/2WiQQp9>

²² Twitter do GSP: <https://bit.ly/3Bapssw>

(RECUERO, SOARES, 2021, p. 5). Desta forma, o que é publicado lá pode ser repercutido em outras esferas.

Tabela 1 - Comparação de número de seguidores nas plataformas de rede social do GDF e do Governo de São Paulo

	DF	SP
Twitter	325.467	496.031
Facebook	249,128	1,243,309
Instagram	150.789	479.064
YouTube	2,59K	251K

(Dados coletados dia 11/08/2021, às 15:35). Fontes: Facebook do GDF (<https://bit.ly/3jdAC9X>); Twitter do GDF (<https://bit.ly/2WiQQp9>); Instagram do GDF (<https://bit.ly/389uTeP>); YouTube do GDF (<https://bit.ly/2WmXY47>); Facebook do GSP (<https://bit.ly/3sGbT16>); Twitter do GSP (<https://bit.ly/3Bapssw>); Instagram do GSP (<https://bit.ly/3klPnH1>); YouTube do GSP (<https://bit.ly/3sHH246>).

É fundamental citar também que, no caso do governo do Distrito Federal, a conta oficial do Twitter da Secretaria de Saúde também foi usada para a comunicação pública sobre a vacina contra a Covid-19. No entanto, optou-se por comparar o posicionamento no canal oficial institucional dos dois estados.

A pesquisa utilizou dois métodos de análise. Em primeiro lugar, aplicou a estatística descritiva para quantificar as postagens coletadas. Nesta fase, o objetivo foi de registrar quantitativamente os *posts* que foram publicados sobre a temática da campanha de imunização contra a Covid-19, entender os períodos em que as Secretaria de Comunicação foram mais ativas na mídia social, e qual foi a responsividade do público – por meio de dados como número de curtidas, número de retuïtes e número de comentários. Estes dados foram importantes para se conseguir traçar o perfil de uso da mídia social pelo governo, e entender o engajamento dos seguidores com as postagens, e traçar o padrão sobre os temas que mais atraem interesse do público.

A segunda parte foi a de Análise do Conteúdo (AC) das postagens coletadas. Segundo Bardin, “a análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38 *apud* FRANCO, 2008, p. 24). Herscovitz (2010, p. 127) apresenta uma definição parecida, mas acrescenta que a AC tem como objetivo “fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação”.

Para então realizar a AC, foram adotadas as seguintes etapas:

- a) classificação das postagens por assunto – desta forma, foi possível entender a temática principal da postagem e então separar as que forem classificadas como relacionadas à imunização contra a COVID-19 das demais;
- b) classificação das postagens de interesse a partir das categorias (nós)
 - i. emissor da mensagem (apontar qual foi o ator que se posicionou à frente da informação, como o governador, o secretário de Saúde, dentre outros),
 - ii. fonte da informação (apontar se foi primordialmente usada uma fonte oficial ou não-oficial de informação e de onde ela veio),
 - iii. intenção da informação (entender o propósito que a mensagem cumpre, seja ela a de desmentir alguma informação falsa, realizar serviço público ou repassar orientações à população),
 - iv. questão federalista (perceber se a mensagem faz alguma referência ao governo federal ou a outros governos estaduais, e a intenção desta referência);
 - v. formato da informação (indicar se o governo prefere usar imagens, links, enquetes ou outros recursos nas postagens).

Utilizou-se como base para o desenvolvimento dos nós i e ii o Modelo de Shannon-Weaver de comunicação. Segundo Shannon e Weaver (1949), o processo de transmissão de informação é composto por 7 elementos: uma fonte de informação, um transmissor, um canal, um receptor, um destino, *feedback* (uma resposta do receptor) e barulho de comunicação. “A mensagem vai do transmissor para o receptor através de um canal que adapta a mensagem para a transmissão” (LOBATO *et al*, 2018, p. 90). Lobato *et al* (2018) adapta o modelo para sua análise sobre as postagens dos tuítes do antigo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a construção de um muro na fronteira com o México. No caso estudado pelos autores,

A fonte de informação é o que aconteceu, o fato por si próprio. O transmissor é Donald Trump, o canal é a internet, o receptor é o povo comum e o destino é a sociedade civil. As chamadas *fake news* são a fonte do barulho. Neste caso, o barulho distorce o sinal, dando às pessoas comuns e, conseqüentemente, às massas uma informação que é parcialmente ou completamente errada (LOBATO *et al*, 2018, p. 91).

Na presente monografia, o nó i representa o transmissor da mensagem segundo o modelo, e o nó ii representa a fonte da informação. É importante ressaltar que uma postagem pôde ser

classificada com mais de um subnó para todas as categorias de análise. O caderno de códigos completo está no Apêndice I, e as análises foram realizadas entre os dias 24 e 30 de agosto de 2021. Nesta fase, pôde-se cumprir os demais objetivos específicos, apresentando o perfil de comunicação pública da ciência – neste caso, com o olhar voltado à imunização, comparar como os governos do DF e de SP usaram o Twitter para promover esse debate, e relacionar com os conceitos-chave de dimensão da informação da *accountability* e transparência ativa.

3.2. Análise descritiva dos tuítes sobre a imunização

Primeiramente, é importante situar que, do total de postagens coletadas dos perfis oficiais do Twitter dos dois governos, uma parcela pequena foi classificada no Subnó “1.b – Vacina”, no Nó “Assunto da publicação” (para referência, cheque o Apêndice I). A Tabela 2 a seguir indica que, para o governo do DF, foram apenas 3 de 240 postagens. Um número ínfimo, para o período imediatamente anterior ao início da campanha de vacinação no Brasil. Isso pode demonstrar a hipótese de como o GDF dependia do governo federal para tratar do assunto. Enquanto não se tinha o início da campanha pelo Ministério da Saúde, o debate foi muito reduzido. Para o governo de São Paulo, o resultado foi diferente. Foram 97 postagens classificadas como relacionadas à campanha de imunização.

Tabela 2 – Comparação de postagens que citam a imunização e o total de postagens coletadas

	GDF		GSP	
	Nº	%	Nº	%
Postagens que citam a imunização	3	1,25%	97	28,20%
Total de postagens coletadas	240	100%	344	100%

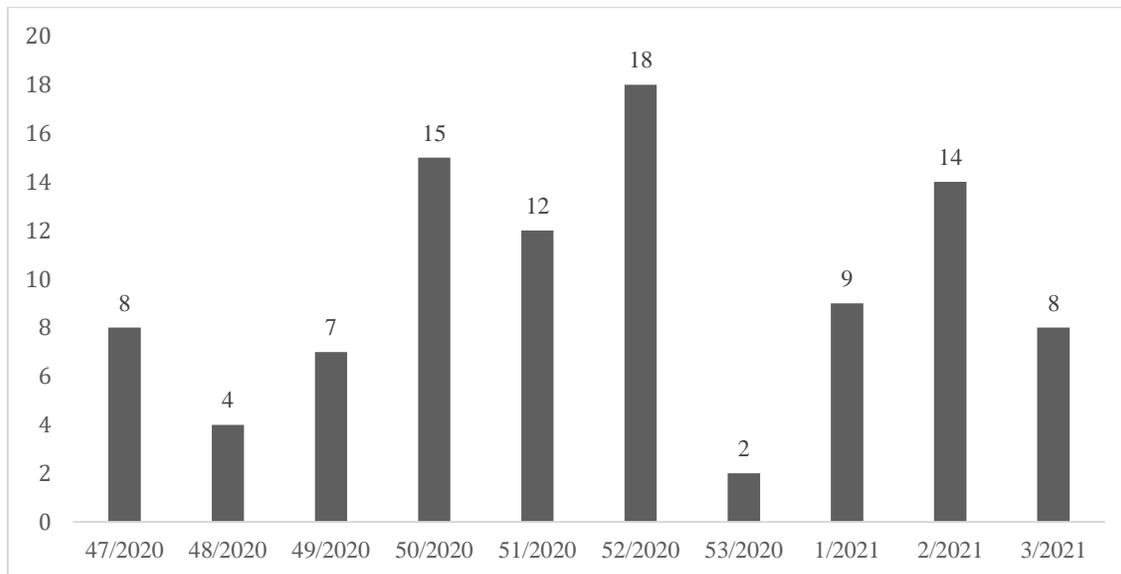
Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter dos governos do Distrito Federal (@Gov_DF) e de São Paulo (@governosp).

Quando se faz a análise por períodos, três semanas epidemiológicas²³ se destacam na quantidade de postagens sobre a imunização contra a Covid-19. São elas: a 50ª semana de 2020

²³ As semanas epidemiológicas são as unidades de contagem de tempo usadas pelos órgãos oficiais de saúde no Brasil. “Por convenção internacional, as semanas epidemiológicas são contadas de domingo a sábado” (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2019). Pode-se ter acesso ao calendário epidemiológico por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) – 2020 (<http://portalsinan.saude.gov.br/calendario-epidemiologico>) e 2021 (<http://portalsinan.saude.gov.br/calendario-epidemiologico-2020?layout=edit&id=171>).

(06/12/2020 a 12/12/2020), a 52ª semana de 2020 (20/12/2020 a 26/12/2020) e a 2ª semana de 2021 (10/01/2021 a 09/01/2021).

Gráfico 1 – Postagens no Twitter do governo de SP por semana epidemiológica



Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter do governo de São Paulo (@governosp).

A semana epidemiológica 50 de 2020 foi a que o Instituto Butantan deu início à produção da vacina CoronaVac. O anúncio do início da produção foi realizado em coletiva de imprensa, no dia 10 de dezembro. Os comentários deste tuíte (feitos pelos usuários da rede), no entanto, não foram em sua maioria celebratórios, sendo muitos negativos. Questionavam o governo sobre o início da produção sem a aprovação para o uso emergencial pela Anvisa, e se todos os testes sobre os imunizantes já haviam sido realizados. Determinada usuária comentou: “Já verificaram os efeitos no curto, médio e longo prazo em quem tem doença neurológica? Cardíaca? Respiratória? E as mais variadas doenças? Em quem toma remédios os mais variados tb? Claro que em 8 meses não” (CRIS, 2020).

Figura 1 – Postagem no Twitter sobre o início da produção da CoronaVac



Fonte: Página oficial do Twitter do governo de São Paulo (@governosp).

Já a análise das postagens do governo do DF por semana epidemiológica é mais simples por terem apenas três tuítes. Na 50ª semana de 2020, uma postagem²⁴ divulgou notícia da Agência Brasília²⁵, que descreveu as ações tomadas pelo governo para preparar o Distrito Federal para a campanha de imunização (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2020). Na 51ª semana epidemiológica, foi publicada uma postagem da série “Boletim Check-up da Saúde”, que fazia referência à mesma notícia da postagem anterior. O terceiro tuíte foi divulgado na 2ª semana epidemiológica. Este último apresentou um vídeo que trazia como personagens principais Claudia Patrício Costa, que foi a primeira paciente de Covid-19 registrada no DF, e seu marido. No vídeo, os personagens dão seu depoimento, exaltam o tratamento recebido no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) e pedem para que os demais moradores do DF façam as festas de fim de ano em casa. A postagem também reafirmou que o GDF já tinha um planejamento estratégico para a vacinação. “Mesmo diante da retomada de diversos setores, o GDF continua mobilizado no enfrentamento da Covid-

²⁴ Postagem disponível em: https://twitter.com/Gov_DF/status/1337849970616115202

²⁵ Agência Brasília é a agência de notícias oficial do Distrito Federal. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/>

19. São diversas ações, fiscalizações e, é claro, já temos o plano estratégico e operacional da vacinação contra a Covid-19 no DF” (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF, 2021).

Quando se trata do engajamento do público no Twitter do Governo do Distrito Federal, pode-se perceber que é muito inferior ao engajamento no Twitter do Governo de São Paulo. A Tabela 3 deixa claro como são poucos os seguidores que interagem com os tuítes postados. Para fins de referência, no dia 10 de setembro de 2021, o perfil oficial tinha 325.858 seguidores.

Tabela 3 – Engajamento nas postagens do GDF sobre a imunização contra a Covid-19

Semana Epidemiológica	Curtidas	Retuútes	Comentários
50 ^a de 2020 ²⁶	4	4	1
51 ^a de 2020 ²⁷	3	3	0
2 ^a de 2021 ²⁸	3	5	4

Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter do governo do Distrito Federal (@Gov_DF).

Para a página oficial do governo de São Paulo, os padrões de engajamento variam. Certos tuítes possuem apenas 20 ou 30 curtidas, enquanto outros possuem mais de 100.

Quadro 4 – Engajamento dos cinco tuítes do GDF com maior número de curtidas

Semana Epidemiológica	Tweet	Curtidas	Retuútes	Comentários
50 ^a de 2020	<p>✘ #FakeNews: É falso que jogadores do São Paulo Futebol Clube tenham recebido a vacina</p> <p>#Coronavac  A vacina desenvolvida e testada pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório Sinovac Life Science ainda está em fase de testes</p> <p>https://t.co/gqDOxoWZ04²⁹</p>	4,9 mil	4,2 mil	826

²⁶ Disponível em: https://twitter.com/Gov_DF/status/1337849970616115202

²⁷ Disponível em: https://twitter.com/Gov_DF/status/1339719893340598278

²⁸ Disponível em: https://twitter.com/Gov_DF/status/1348730444372701185

²⁹ Disponível em: <https://twitter.com/governosp/status/1337144695957442561>

47^a de 2020	Pode espalhar a novidade porque elas já estão entre nós! Acabam de aterrissar no Aeroporto Internacional de Guarulhos as primeiras 120 mil doses da #Coronovac. https://t.co/0GbTxWFjCC ³⁰	3,4 mil	1,5 mil	234
3^a de 2021	.@governosp Coletiva de Imprensa: Vacina do Butantan https://t.co/swq0XL6wGFes ³¹	3 mil	422	462
3^a de 2021	⚠ URGENTE: Anvisa aprova uso emergencial da vacina do @butantanoficial. São Paulo já conta com mais de 108 milhões de doses do imunizante prontas para serem utilizadas. https://t.co/dWXT0ZrcV5 ³²	2,2 mil	649	83
52^a de 2020	✈ Mais 55 milhões de doses da vacina do Butantan acabam de desembarcar no aeroporto de Viracopos em Campinas! https://t.co/PT1gjE6GMD ³³	936	344	215

Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter do governo de São Paulo (@governosp).

Das postagens registradas no Quadro 3, a que merece destaque é a da 3^a semana epidemiológica de 2021, que foi postada em 17 de janeiro de 2021. Os tuítes que são vídeos de coletivas de imprensa do governo não costumam registrar muito engajamento. No entanto, esta em específica foi a coletiva realizada logo após a aprovação do uso emergencial da CoronaVac pela Anvisa. Nesta, a enfermeira Mônica Calazans foi a primeira pessoa a ser vacinada no Brasil contra a Covid-19.

³⁰ Disponível em: <https://twitter.com/governosp/status/1329391279592108034>

³¹ Disponível em: <https://twitter.com/governosp/status/1350872325378469895>

³² Disponível em: <https://twitter.com/governosp/status/1350869516222406657>

³³ Disponível em: <https://twitter.com/governosp/status/1342047044651900928>

3.3. Análise de conteúdo dos tuítes sobre a imunização

Como mencionado na seção de operacionalização da pesquisa, a Análise de Conteúdo (AC) foi dividida em duas etapas: a categorização por assunto e os demais tópicos. Nesta subseção, será realizada em primeiro lugar a análise empírica dos dados da categorização por assunto. Em seguida, têm-se a análise dos dados das demais categorizações, culminando no caso especial dos tuítes que fizeram divulgação das coletivas de imprensa, em especial do governo de São Paulo.

3.3.1. Primeira fase: categorização por assunto

Como foi explicitado na Tabela 2, foram poucas as postagens coletadas entre 19 de novembro de 2020 e 17 de janeiro de 2021 que puderam ser categorizadas como referentes à imunização contra a Covid-19. No entanto, primeiramente foi realizada a classificação de todos os 240 (GDF) e 344 (GSP) tuítes que tinham como assunto a Covid-19 e outras temáticas voltadas à Saúde. É crucial relatar que uma mesma postagem pôde ser classificada como mais de um assunto na AC.

Tabela 4 – Classificação das postagens por assunto

Assunto	GDF	% do total	GSP	% do total
Apenas Covid-19	70	29,17%	164	47,67%
COVID-19 e outros temas ligados à saúde	106	44,17%	199	57,85%
Só Saúde	27	11,25%	34	9,88%
Apenas outros assuntos	134	55,83%	145	42,15%
Obs.: uma mesma postagem pôde ser classificada como mais de um assunto				

Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter dos governos do Distrito Federal (@Gov_DF) e de São Paulo (@governosp).

A Tabela 4 mostra que as postagens do governo do Distrito Federal que remetiam à Covid-19 e a outros temas relacionados à saúde pública foram 44,17% do total. É um número expressivo ao se comparar com os tuítes que não tinham assunto ligado à saúde ou à ciência. Percebe-se então que este tema dominou a pauta do governo distrital durante o tempo analisado. No entanto, as informações classificadas como exclusivas sobre a crise sanitária foram ainda superiores à quantidade de postagens classificadas como apenas sobre outros assuntos ligados à saúde. A Figura 2 é um exemplo de postagem que foi categorizada desta maneira.

Figura 2 – Postagem no Twitter de campanha de doação de sangue no DF



Fonte: Página oficial do Twitter do governo do Distrito Federal (@Gov_DF)

O governo de São Paulo teve um resultado diferente. Os tuítes classificados como apenas de outros assuntos – sem qualquer relação com a pandemia da Covid-19 – foram menos da metade do total (42,15%). Os que foram exclusivamente voltados à pandemia representaram 47,67% do total. Este número foi mais que o dobro de tuítes em comparação com o DF. Desta forma, reforça-se a concepção de que a pandemia em geral teve um espaço maior nas pautas escolhidas a serem divulgadas nas mídias sociais do governo de São Paulo quando comparado com o governo distrital.

Tabela 5 – Classificação das postagens sobre Covid-19 por assunto

Assunto	GDF	% do total	GSP	% do total
---------	-----	------------	-----	------------

Afetados (quantidade de infectados ou mortos, ocupações de UTI)	53	22,08%	12	3,49%
Vacina (chegada de novas doses, quantidade de vacinados, novas pesquisas)	3	1,25%	97	28,20%
Serviços afetados (educação, transporte etc.)	63	26,25%	29	8,43%
Anúncios relacionados (construção de novas UPAs ³⁴ , abertura de novos leitos)	16	6,67%	45	13,08%
Obs.: uma mesma postagem pôde ser classificada como mais de um assunto				

Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter dos governos do Distrito Federal (@Gov_DF) e de São Paulo (@governosp).

Quando se analisa o recorte de postagens que foram categorizadas como sobre a pandemia da Covid-19 (Tabela 5), temos outras informações interessantes. Fica evidente que a pauta sobre a Covid-19 no Distrito Federal foi muito mais expressiva ao citar os serviços afetados pela pandemia, como empregos e o funcionamento de bares e restaurantes locais, e a quantidade de infectados ou mortos. O GDF inclusive realizou um padrão de postagens diárias (Figura 3) com uma cartela indicando dados quantitativos, como o número de casos confirmados, a faixa etária com mais casos e número de óbitos. Este boletim diário foi publicado durante todo o período analisado nesta monografia.

Figura 3 – Postagem no Twitter com a números quantitativos da pandemia da Covid-19 no DF

³⁴ Unidades de Pronto Atendimento (UPA)


Governo do Distrito Federal - GDF ✓
 @Gov_DF

#CORONAVÍRUS | Boletim do Distrito Federal

Acesse o Portal Covid-19 e fique por dentro das ações de enfrentamento ao coronavírus no DF:
coronavirus.df.gov.br

#GDF2020 #SaúdeDF #pandemia

CORONAVÍRUS
NO DISTRITO FEDERAL

Sábado, 5/12/2020 17h50

Casos confirmados 233.376	Casos recuperados 221.890	Casos ativos 7.508
Faixa etária com mais casos 30 a 39 anos 61,2 mil casos	Óbitos 3.978	Leitos de UTI vagos 114



6:31 PM · 5 de dez de 2020 · mLabs - Gestão de Redes Sociais

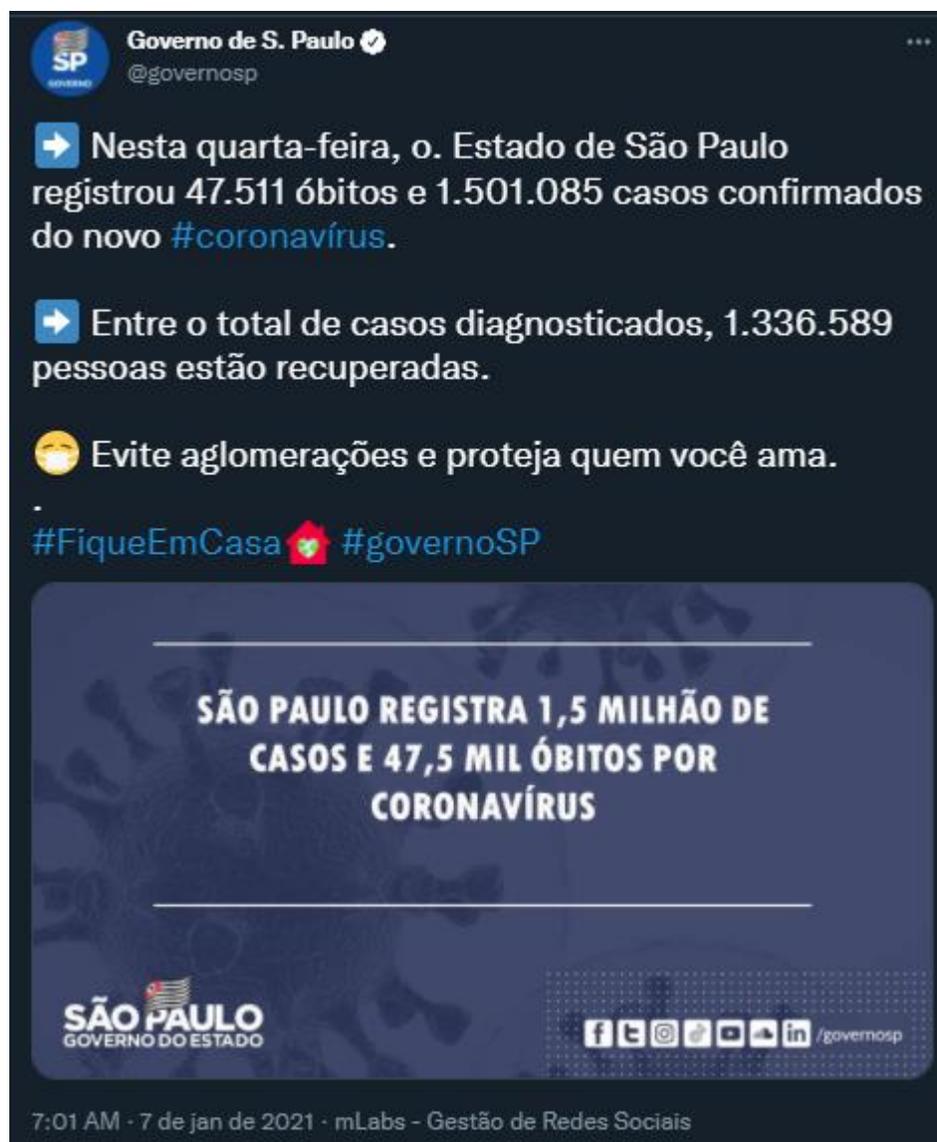
Fonte: Página oficial do Twitter do governo do Distrito Federal (@Gov_DF)

Esta iniciativa do governo do DF é um exemplo do uso do Twitter como meio de transparência ativa, pela disponibilização de informações direcionadas à população distrital como um todo. O fato de a equipe que cuida das mídias sociais do GDF realizar esta atividade diariamente, com constância, demonstra que há uma preocupação em divulgar este tipo de informação, para que a sociedade possa acompanhar a progressão do número de infectados e de óbitos e tomarem as precauções necessárias. Além disso, outra constância percebida é a divulgação do número de casos recuperados. Esta iniciativa é realizada também pelo governo federal, para dar um tom otimista de que, apesar da grande incidência da doença no Brasil, muitas pessoas se curam e se recuperam.

O governo de São Paulo mais uma vez diverge do governo do DF ao garantir maior espaço no Twitter para as informações sobre a vacina (28,2%). Informações sobre a quantidade de

afetados são significativamente menores, representando apenas 3,49% do total. Não existe a constância e periodicidade registrada no perfil do Twitter do GDF. Embora os tuítes tenham um formato similar (uso de imagem com informações) (Figura 4), percebe-se que a intenção não era se ater aos números. No período estudado, a lógica da “vacina do Butantan” foi muito mais corriqueira no perfil do governo de São Paulo.

Figura 4 – Postagem no Twitter com a números quantitativos da pandemia da Covid-19 em SP



Fonte: Twitter do governo de São Paulo (@governosp).

Diante desta análise preliminar dos tuítes que compõem o universo da presente monografia, já se pode propor um perfil inicial do uso do Twitter por ambos os governos. Como mencionado, o governo do Distrito Federal não usou a sua conta oficial geral para ativamente falar da vacinação

contra a Covid-19. Isso pode ser explicado por diversos fatores. Em primeiro lugar, o alinhamento claro do governo de Ibaneis Rocha com o governo federal de Jair Bolsonaro. Esta questão, que será analisada com maior profundidade na seção a seguir, é muito característica da relação federalista entre os dois atores políticos. O governador do DF abdica da realização de funções necessárias de comunicação de aspectos chaves da saúde pública à população, como no caso da comunicação de dados e questões sobre a imunização contra a Covid-19, para aguardar orientações expressas do governo federal, na figura do Ministério da Saúde.

Esta situação se alterou ao longo de 2021, culminando na ocorrência do dia 18 de setembro. O governo do DF tinha como intenção iniciar no dia 17 de setembro a aplicação de doses para adolescentes de 13 anos de idade. “Contudo, o processo foi adiado devido à recomendação do Ministério da Saúde sobre a suspensão da vacinação em adolescentes” (PERES, 2021). A indicação do Ministério se baseou na morte de uma adolescente de 16 anos, no estado de São Paulo. Entretanto, a Secretaria de Saúde de SP anunciou em seguida que o falecimento da mesma se deu devido a circunstâncias não relacionadas à vacina. No sábado, dia 18, o governador Ibaneis Rocha foi em seu perfil pessoal do Twitter³⁵ para anunciar que os adolescentes de 13 anos seriam vacinados a partir do dia 21 de setembro. O Ministério da Saúde voltou atrás de sua decisão apenas no dia 22 do mesmo mês (G1, 2021).

Outro motivo que explicaria a baixa aderência do governo do DF em usar o Twitter para publicação de informações sobre a imunização se dá pelo uso de outro perfil, o da Secretaria de Saúde do DF. Desta forma, dentre o período analisado pela pesquisa, foram pouquíssimas as iniciativas de divulgação da imunização. Enquanto no governo de São Paulo, a atuação foi distinta. Além de terem sido publicadas mais postagens na mídia social, o governo liderado por João Doria foi ativo ao longo de todos os 59 dias estudados. A única semana epidemiológica na qual se teve uma quantidade pequena de postagens foi a 53ª, que foi a última do ano. Além disso, o engajamento do público se deu como constante, e picos foram apresentados, especialmente nas postagens que disseram respeito às chegadas de novas vacinas e à aprovação do uso emergencial da Coronavac.

³⁵ Disponível em: <https://twitter.com/IbaneisOficial/status/1439229401888169994>

3.3.2. Segunda fase: análise dos tuítes sobre a imunização contra a Covid-19

A segunda etapa da AC buscou classificar as postagens categorizadas na primeira fase como relacionadas à vacina contra a Covid-19. Como mencionado na seção de operacionalização da pesquisa, foram usadas as seguintes categorias (nós): Emissor da mensagem, Fonte da informação, Intenção da informação, Questão federalista e Formato da informação. O propósito desta análise aprofundada sobre os tuítes classificados é justamente suprir o objetivo específico e compreender como os governos estudados usaram o Twitter para promover o debate sobre a vacina. Desta forma, foram analisadas 3 postagens do perfil oficial do governo do DF, e 97 postagens do perfil oficial do governo de SP.

Ao classificar as postagens quanto ao emissor da mensagem, buscou-se observar se alguma pessoa ou órgão governamental tinha maior predomínio da narrativa. Nas postagens do DF, apenas em um tuíte ficou claro a presença do Secretário de Saúde, cargo que era ocupado pelo médico Osnei Okumoto³⁶ à época do tuíte. A postagem em questão foi mencionada na página 37 desta monografia, e trata de uma imagem simples, que *linka* para notícia da Agência Brasil, e cita as ações que o GDF está tomando para o início da imunização. A notícia tomou como base um vídeo com mensagem do Secretário de Saúde afirmando à população que todo o Distrito Federal estava pronto para a campanha de vacinação.

Tabela 6 – Classificação das postagens sobre Covid-19 por emissor da mensagem

Emissor da mensagem	GDF	% do total	GSP	% do total
Governador	0	0%	14	14%
Secretário da Saúde	1	33%	13	13%
Outro membro do Governo	0	0%	8	8%
Instituto de Pesquisa	0	0%	13	13%
Não está claro	2	67%	76	78%

³⁶ Okumoto assumiu a Secretaria de Saúde em janeiro de 2019, no início da gestão de Ibaneis Rocha. No dia 16 de março de 2020, o secretário foi exonerado do cargo a pedido. Na época, o DF ainda registrava apenas 19 casos confirmados de Covid-19 (MATOSO; YOSHIMINE; HANNA, 2020). Assumiu interinamente o cargo o então diretor do Instituto de Gestão Estratégica do Distrito Federal (Iges-DF), Francisco Araújo Filho. Este permaneceu no cargo até o dia 14 de setembro de 2020, quando foi exonerado. Araújo Filho foi preso em agosto do mesmo ano durante a operação Falso Negativo, que investigava supostas fraudes na compra de testes para a Covid-19 (GALVÃO, 2020). Okumoto então retornou à Secretaria de Saúde, onde permaneceu até 26 de agosto de 2021 (IRINEU; YOSHIMINE; ALVES, (2021).

Outros	0	0%	4	4%
Obs.: uma mesma postagem pode ter mais de um emissor				

Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter dos governos do Distrito Federal (@Gov_DF) e de São Paulo (@governosp).

Já para o governo de São Paulo, dentre os tuítes que puderam ser classificados como tendo um emissor claro, o protagonismo foi mais dissipado entre os atores que ocupam a gestão do estado. Os que tem maior destaque são o governador, João Doria, com 14% das postagens, o secretário de Saúde, Jean Gorinchteyn, com 13% das postagens, e o Instituto Butantan – na maioria das vezes na figura do presidente, Dimas Covas, com também 13% das postagens. Foram poucas as aparições de outros membros do governo, como a secretária de Desenvolvimento Econômico, Patrícia Ellen, que tinha maior destaque quando os tuítes tratavam também sobre o Plano São Paulo de retomada econômica.

Quanto à fonte da informação, quase nenhum dos tuítes analisados foram registrados como citando fontes não-oficiais. É um bom sinal, tendo em vista os debates analisados no tópico 3.3 desta monografia, em especial quando se tem como referência nacional um Presidente da República adepto à desinformação no quesito da pandemia da Covid-19.

Tabela 7 – Classificação das postagens sobre Covid-19 quanto à fonte da informação

Fonte da informação	GDF	% do total	GSP	% do total
Fonte Oficial	3	100,00%	45	46,39%
Fonte Não-Oficial	1	33,33%	0	0,00%
Não cita fonte	0	0,00%	51	52,58%
Outros	0	0,00%	1	0,29%
Obs.: uma mesma postagem pode citar mais de uma fonte				

Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter dos governos do Distrito Federal (@Gov_DF) e de São Paulo (@governosp).

A Tabela 8 demonstra que, dentre as fontes oficiais, o Ministério da Saúde foi apenas citado como fonte uma vez por ambos os governos. O GDF buscou dar o protagonismo maior para a Secretaria de Saúde local, enquanto o governo de São Paulo fez referência em 30 das 97 postagens ao Instituto Butantan. Este fator comprova o citado anteriormente: como o estado apostou na CoronaVac, produzida pelo Butantan, para a sua campanha de imunização local, este de fato foi o protagonista nessas comunicações.

Tabela 8 – Classificação das postagens sobre Covid-19 quanto às informações oficiais

Fontes Oficiais	GDF	% do total	GSP	% do total
Ministério da Saúde	1	33,33%	1	1,03%
Fiocruz	0	0,00%	0	0,00%
Instituto Butantan	0	0,00%	30	30,93%
OMS	0	0,00%	1	1,03%
Secretaria de Saúde	3	100,00%	15	15,46%
Anvisa	0	0,00%	5	5,15%
Obs.: uma mesma postagem pode citar mais de uma fonte				

Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter dos governos do Distrito Federal (@Gov_DF) e de São Paulo (@governosp).

Outro ponto interessante de se analisar é a intenção da informação divulgada. Enquanto o assunto diz respeito às pautas prioritárias dos governos no período analisado, a intenção diz respeito ao intuito final com a publicação do tuíte. Para o Distrito Federal, duas postagens prestaram serviço público sobre a chegada de novas doses, e uma foi classificada como prestando recomendação à população.

Tabela 9 – Classificação das postagens sobre Covid-19 quanto às intenções da informação sobre a vacina

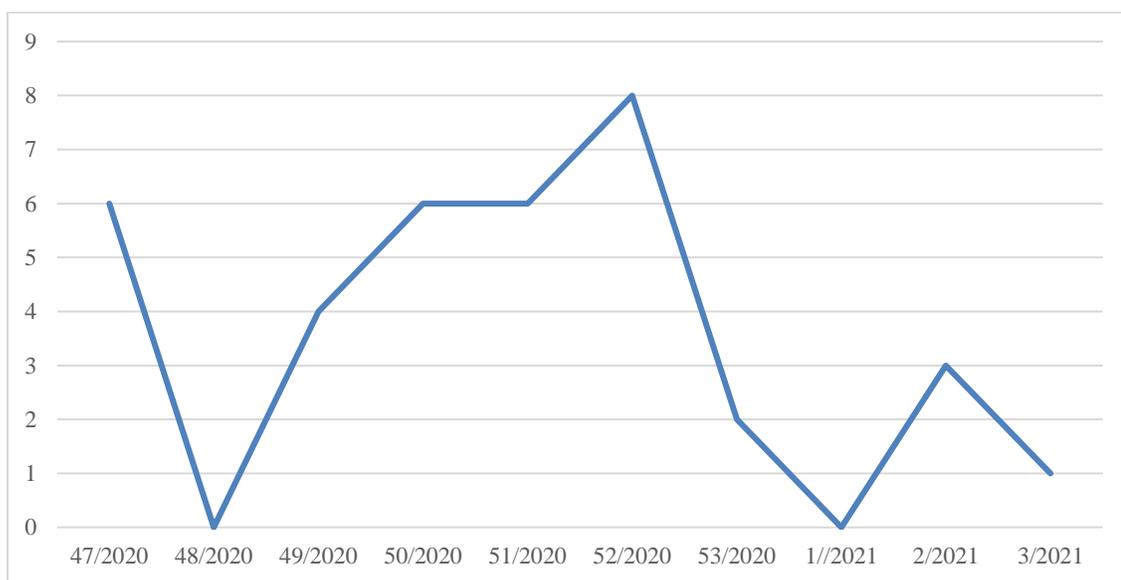
Intenção da informação	GDF	% do total	GSP	% do total
Desmente notícia falsa	0	0%	6	6%
Presta recomendação à população	1	33%	10	10%
Presta serviço público sobre eficácia	0	0%	42	43%
Presta serviço público sobre chegada de novas vacinas/doses	2	67%	34	35%
Presta serviço público sobre logística de vacinação	0	0%	21	22%
Anuncia atividade do governo ou do governador	0	0%	8	8%
Outros	0	0%	1	1%
Obs.: uma mesma postagem pode ter mais de uma intenção				

Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter dos governos do Distrito Federal (@Gov_DF) e de São Paulo (@governosp).

Já para o governo de São Paulo, o foco maior foi divulgar informações sobre a eficácia da vacina – foram 43% das postagens. Novamente, isso se remete diretamente ao tratado na seção 3.3, em especial para combater as ações do governo federal e restabelecer a eficácia da vacina

produzida pelo Instituto Butantan. Também ocupou espaço no perfil oficial do governo a prestação de serviços sobre a chegada de novas vacinas e doses do imunizante. O Gráfico 2 demonstra que o ápice foi na 52ª semana epidemiológica de 2020 (20/12/2020 a 26/12/2020). Nesta semana foi anunciado que o estado havia recebido mais 55 milhões de doses da “vacina do Butantan”. Além disso, foi divulgado que até o fim de 2020 chegariam cerca de 108 milhões de doses. Este tipo de informação foi muito usado pelo governo de São Paulo para reforçar a afirmativa de que a campanha de vacinação do estado teria início no dia 25 de janeiro – data que coincide com o aniversário da cidade de São Paulo e feriado municipal.

Gráfico 2 – Postagens no Twitter do governo de São Paulo sobre a chegada de novas doses da vacina por semana epidemiológica



Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter do governo de São Paulo (@governosp).

Para suprir o objetivo específico de comparar os posicionamentos ideológicos dos dois governadores frente ao governo federal, e entender suas estratégias de imunização da população, também foi analisada nas postagens do Twitter o que chamamos de “questão federalista”. Nesta fase, os tuítes foram categorizados como fazendo referência ou não ao governo federal, e se essa referência era combativa ou não. Também se buscou saber se os governos do DF e de SP mencionavam outras unidades da federação.

Tabela 10 – Classificação das postagens sobre Covid-19 quanto à questão federalista

Questão federalista	GDF	% do total	GSP	% do total
---------------------	-----	------------	-----	------------

Referência ao governo federal - referência combativa	0	0,00%	18	18,56%
Referência ao governo federal - referência de alinhamento	2	66,67%	4	4,12%
Referência neutra	0	0,00%	5	5,15%
Referência a outros governos estaduais	0	0,00%	6	6,19%
Não faz referência	1	33,33%	72	74,23%
Obs.: uma mesma postagem pode ser classificada em mais de uma categoria				

Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter dos governos do Distrito Federal (@Gov_DF) e de São Paulo (@governosp).

Nas postagens do GDF, pôde ser percebido um padrão de referências de alinhamento ao governo federal, quando se tratou da imunização contra a Covid-19. Não interessava ao governo de Ibaneis Rocha promover a vacina antes que o governo federal fizesse o mesmo, até porque o DF deixou claro desde o início que seguiria o Plano Nacional de Imunizações. Um exemplo do alinhamento é visto no tuíte publicado na 51ª semana epidemiológica. Neste, a porta-voz fala em vídeo sobre o anúncio já mencionado do então secretário de Saúde, Osnei Okumoto, de que o DF já estaria pronto para a imunização. “O Plano Estratégico de Imunização já está em andamento e todas as providências necessárias para que a imunização tenha sucesso foram tomadas. O anúncio foi feito pelo secretário de Saúde depois de participar de uma reunião no Palácio do Planalto” (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF, 2020). O fato de se optar por citar a informação de que o anúncio foi feito após a reunião com a Presidência da República é por si só simbólica. O GDF aguardou instruções diretas para divulgar a informação que existiam estoques de seringas e agulhas, além de refrigeradores para estocar os imunizantes.

As postagens do governo de São Paulo, conforme esperado, foram distintas. Apesar da grande maioria não fazer referência ao governo federal ou a outras unidades da federação (74,23%), 18 postagens – que representam 18,56% do total, foram categorizadas como de referência combativa. Destas 18 postagens, 13 foram coletivas de imprensa (que serão discutidas com mais profundidade na seção seguinte), nas quais figuras importantes do governo estadual, como o próprio governador ou o secretário de Saúde, apareceram e discursaram.

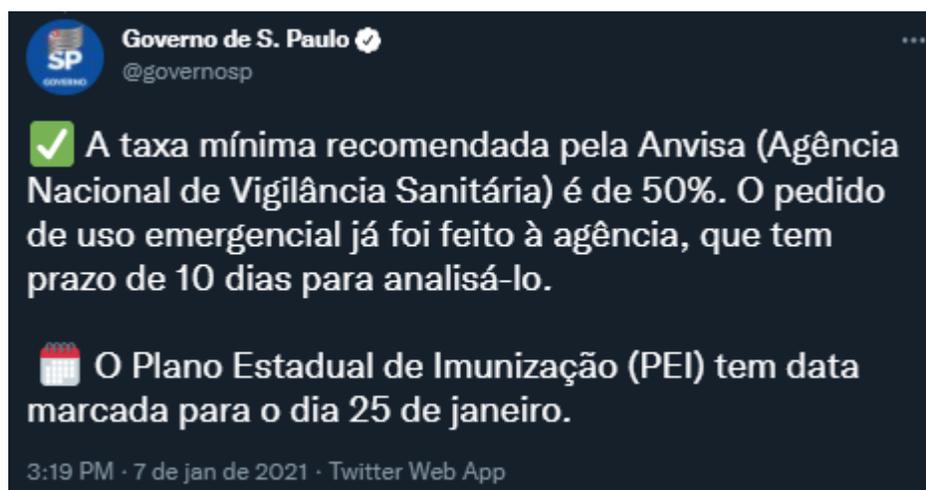
Além da categoria de referência combativa, as postagens puderam ser classificadas como de referência de alinhamento ou de referência neutra. A referência de alinhamento foi principalmente percebida quando se tratava da adição da vacina Coronavac no PNI. Um exemplo

é o tuíte postado no dia 17 de janeiro de 2021³⁷ – o dia em que o uso emergencial do imunizante foi aprovado pela Anvisa. A postagem contém vídeo que informa que

As doses da Coronavac que vão integrar o Plano Nacional de Imunização já saíram do Instituto Butantan com destino a Guarulhos, no depósito do Ministério da Saúde, que será responsável pela distribuição das doses em todo o Brasil. O carregamento dos caminhões começou logo após o anúncio da Anvisa que autorizou o uso emergencial da vacina do Butantan (GOVERNO DE S. PAULO, 2021).

É interessante perceber que, em comunicações oficiais, o estado de São Paulo opta por não usar o nome oficial da vacina, mas sim referir-se a ela como “vacina do Butantan”. Isso é um ato recorrente, uma estratégia de assumir que o desenvolvimento e consequente aprovação da vacina é fruto do Instituto Butantan e do apoio do governo estadual. Já as postagens que foram classificadas como referência neutra em relação ao governo federal foram aquelas em que se menciona a Anvisa e a necessidade da CoronaVac de ser aprovada para o uso emergencial. Um exemplo é o tuíte na Figura 5.

Figura 5 – Postagem no Twitter do governo de SP sobre a Anvisa e a aprovação do uso emergencial da Coronavac



Fonte: Elaborado pela autora usando dados coletados do Twitter do governo de São Paulo (@governosp).

A análise de conteúdo dos tuítes dos governos de São Paulo e do Distrito Federal reforça a concepção de que ambos apresentaram um material muito diferente à população quanto ao coronavírus, em especial sobre a intenção da informação e o formato desta. O emissor da mensagem para os dois governos foi distinto. Enquanto no DF não esteve claro se o secretário de Saúde tomou a liderança na comunicação sobre a pandemia, em São Paulo o Governador João

³⁷ Disponível em: <https://twitter.com/governosp/status/1350926658073722880>

Doria se estabeleceu como principal emissor, junto ao secretário de Saúde e ao presidente do Instituto Butantan. Isto nos mostra que o GDF não buscou realizar uma comunicação institucional muito pessoalista, porque o governador Ibaneis possui laços estreitos com o governo federal. Por outro lado, é benéfico para João Doria que este se coloque na figura de líder contra o vírus, justificada pela sua intenção de se lançar como candidato à Presidência da República nas eleições de 2022³⁸ (ROSITO, 2021).

O ponto da fonte da informação retoma a noção que os governos estão empenhados em compartilhar informações científicas sobre a pandemia que tenham embasamento em fontes oficiais e verídicas. O fato de o Instituto Butantan ser o mais citado pelo perfil oficial do governo de São Paulo indica também que, durante o período estudado, o debate em prol da disseminação da Coronavac como a vacina oficial foi uma das maiores características da comunicação da ciência no perfil. Como se citou na seção 3.3, foi uma estratégia necessária para refutar a posição oficial do governo federal, que buscou sabotar o desenvolvimento da vacina no estado e desacreditá-la quanto à sua eficácia para a população.

O debate sobre a vacina nas mídias sociais foi interessante de se observar no perfil oficial do governo de São Paulo justamente pela grande dedicação em publicar conteúdo que reforçasse que a “vacina do Butantan” era eficaz contra a Covid-19, e que a população deveria se vacinar. O discurso anti-vacina de Bolsonaro deu tão certo que passou a ser registrada em diversas cidades uma movimentação de tentativa de escolha de qual vacina tomar³⁹ (CRUZ, 2021). O governo de São Paulo tentou também rebater a narrativa bolsonarista ao tuitar constantemente sobre a chegada de novas doses.

A questão federalista foi outra característica importante e que distinguiu o perfil de comunicação da ciência dos dois governadores estudados nesta monografia. Como citado antes, o governador Ibaneis não buscou realizar uma referência combativa contra o governo federal, porque estes são alinhados ideologicamente. O governo João Doria, carregando a intenção de concorrer contra o presidente Bolsonaro nas eleições de 2022, posicionou-se desde já como alternativa, especialmente ao oferecer uma opinião distinta quanto à vacina.

³⁸ Para tal, Doria precisa vencer as prévias internas do seu partido, o PSDB. Até o momento em que esta monografia foi finalizada, a votação não havia ocorrido.

³⁹ Em julho de 2021, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, sancionou lei que manda para o final da fila de vacinação a pessoa que se recusar a tomar determinado imunizante que estiver no posto de saúde (CRUZ, 2021).

3.3.3. Caso especial: coletivas de imprensa do estado de São Paulo

O objetivo de se analisar o formato das postagens no Twitter de ambos os governos buscava entender se havia um padrão para a comunicação de informações públicas sobre a ciência e transparência ativa nas mídias sociais. As postagens do governo do Distrito Federal tinham um formato igual: todas as categorizadas tendo como assunto a imunização contra a Covid-19 tinham texto, imagem (foto ou vídeo), link para a agência de notícias oficial (Agência Brasília) e uso de *hashtags* ou *emojis*⁴⁰.

No governo de São Paulo, foi percebido outro padrão: a presença de links diretos para as coletivas de imprensa oficiais. As coletivas de imprensa, segundo Anjos (2021), podem ser analisadas tanto da perspectiva dos jornalistas quanto das fontes (neste caso, o governo de São Paulo).

Da perspectiva dos jornalistas, elas oferecem informações com interesse jornalístico, alimentam uma demanda por informação que é a base do produtor de notícias, além de dar acesso às fontes com grande apelo noticioso. Para a fonte, a coletiva tem como finalidade oferecer visibilidade midiática, uniformizar respostas sobre um fato social a partir daquilo que foi dito na coletiva, controlar a curiosidade jornalística determinando os momentos de interação com os produtores de notícia aos momentos da coletiva e dar aspecto de transparência às ações realizadas pelas fontes que promovem a coletiva (ANJOS, 2021, p. 17-18).

Desta forma, as coletivas promovidas sobre a Covid-19 foram usadas para dar o aspecto de transparência e dimensão informativa da *accountability*, além de estabelecer de forma clara à comunidade jornalística e à sociedade civil as ações que estavam sendo tomadas para combater a crise de saúde pública. A primeira coletiva de imprensa que cita a pandemia da Covid-19 foi realizada em 31 de janeiro de 2020⁴¹. O primeiro caso em São Paulo foi registrado apenas no mês seguinte, dia 26 de fevereiro. A partir deste momento, as coletivas passaram a ser mais frequentes.

Conforme citado na seção anterior, foram contabilizadas 16 coletivas de imprensa. Destas, o governador João Doria esteve ausente apenas em quatro. Aqui retomamos novamente que o principal emissor do combate à Covid-19 no estado foi o governador. Também esteve muito presente nas coletivas o secretário de Saúde, Jean Gorinchteyn, e o presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas. As fontes da informação citadas nas coletivas, previsivelmente, foram a própria Secretaria de Saúde e o Instituto Butantan. O Ministério da Saúde não foi mencionado

⁴⁰ Emoji “deriva das expressões japonesas ‘e’ (imagem) e ‘moji’ (letra), traduzidas ao português como ‘pictograma’” (TOLDO; COSTELLA, 2021, p. 74).

⁴¹ Disponível em: <https://youtu.be/VQWWFgVcBIU>

como fonte. Entretanto, de acordo com o citado anteriormente, a maioria das coletivas teve referência combativa em relação ao governo federal. As coletivas de imprensa que Doria participou e que fizeram referência combativa representam 62,5% do total. Esse resultado é muito característico da disputa de narrativas sobre a vacina e sobre a pandemia no geral. Enquanto o governador esteve presente neste momento de fala direta com os jornalistas e, conseqüentemente, com a sociedade, houve este posicionamento de combate e negação da narrativa proposta pelo Ministério da Saúde.

O governo do Distrito Federal realizou sim coletivas frequentes para tratar da pandemia da Covid-19, no entanto estas eram disponibilizadas na página oficial do Facebook⁴². No período estudado na presente monografia, foram 16 coletivas de imprensa – a coletiva que seria a 17ª era a que tratava do início da vacinação no DF, mas esta foi realizada no dia 18 de janeiro, dia que já não estava mais contabilizado na coleta. Das 16 coletivas, apenas quatro foram sobre a pandemia, e o governador Ibaneis Rocha não esteve presente em nenhuma.

Diante de todos os aspectos propostos e analisados na presente monografia, pode-se concluir que o aspecto federalista teve um impacto muito grande na comunicação pública sobre as vacinas contra a Covid-19, no período analisado. O governo do DF se manteve alinhado com o governo federal, e o resultado disto é refletido na quantidade e qualidade dos tuítes postados sobre a campanha de imunização. Quanto ao governo de SP, que se posicionou de maneira combativa e contrária perante o governo federal em muitas ocasiões, o resultado foi uma campanha no Twitter mais robusta e constante.

⁴² Disponível em: https://www.facebook.com/govdf/live_videos

4. Considerações Finais

A presente pesquisa contribui para o debate sobre como plataformas de mídias sociais podem ser usadas por governos para promover a comunicação da ciência. Por meio da análise de conteúdo dos tuítes dos governos do Distrito Federal e de São Paulo entre 19 de novembro de 2020 e 17 de janeiro de 2021, pôde-se entender melhor como o debate sobre a imunização contra a Covid-19 foi promovido e movimentado pelos atores governamentais.

No entanto, é preciso considerar que o debate sobre a vacina, apesar de presente, não se sobrepôs às demais pautas apresentadas no universo da análise. O fato de o GDF ter dedicado apenas 1,25% do total de tuítes ao assunto em um momento no qual as pesquisas sobre a imunização estavam em voga e o governo federal optou por realizar uma campanha contrária é muito significativo. Diante desses dados, questiona-se: até que medida a posição ideológica de determinado governo deve se sobrepôr à segurança epidemiológica da população local? O representante está de fato servindo ao representado?

A análise sobre o governo do DF sofreu com esta falta de publicações. Entretanto, a análise permanece sendo válida, porque a ausência de mensagens é um dado relevante. Dentre os poucos tuítes sobre a vacina, registra-se um alinhamento constante diante do governo federal. Infere-se que o governo distrital esperou para receber um aval oficial antes de começar de fato a campanha de imunização. Apesar de possuir documento próprio de operacionalização da vacinação, o governo do DF indica explicitamente que todas as ações de vacinação são coordenadas pelo Plano Nacional de Imunização do Ministério da Saúde. Desde então, novos anúncios quanto à alocação de doses e novas etapas na campanha local apenas são realizados quando o MS envia novas doses da vacina.

Como citado anteriormente, o governo de Ibaneis Rocha não usou o Twitter ativamente na campanha de vacinação contra a Covid-19. No momento inicial analisado, outros perfis, como o da Secretaria de Saúde do DF e o próprio perfil oficial de Ibaneis foram mais utilizados. Conforme Oliveira (2018) observa, “os atos de fazer publicidade, prestar contas ou fornecer serviços ao cidadão não são uma escolha aleatória dos governos. Os dados nos mostram que até mesmo as não-escolhas podem dizer muito em termos de *accountability*” (p. 82).

Com o passar do tempo, outros meios de comunicação institucionais foram tomando a frente para prestar o serviço à comunidade. Jornalistas que cobrem política local se tornaram referências ao usarem o Twitter para atualizar a população sobre postos de saúde com menos

movimento, e a chegada de novas doses, como Brunno Melo, da CBN (@BrunnoMeloCBN) e Rita Yoshimine, da Globo Brasília (@RitaYoshimine). Estes repórteres tomaram para si o papel de divulgadores da ciência e supriram uma lacuna importante que o governo do DF ainda não consegue preencher.

No que tange ao governo de São Paulo, a pesquisa comprovou que houve uma busca ativa de promoção do debate sobre a imunização em prol da Coronavac, a “vacina do Butantan”. Com o grande foco de divulgar informações sobre a eficácia do imunizante, o governo de João Doria se estabeleceu como uma antítese política do governo Bolsonaro, e se posicionou como terceira via ao atuar como pré-candidato às eleições de 2022. O fato também de se ter usado como estratégia em São Paulo a menção constante ao Instituto Butantan como fonte oficial de informações é significativo. Enquanto o DF aguarda instruções claras do Ministério da Saúde, a produção de doses pelo Instituto Butantan desde 10 de dezembro de 2021 mostra que “Doria está em ação”.

O número que mais representa a polarização ideológica quando se compara os dois governos subnacionais é a discrepância de referências ao governo federal consideradas combativas ou de alinhamento. A representação da imagem do governador do estado mais populoso do Brasil ir em rede nacional e afirmar que a Covid-19 “Não é uma gripezinha” e o estado “Não será alinhado com extremistas” é muito significativo.

Retomando novamente as conclusões de Oliveira (2018), ao olhar para o Facebook como meio de promoção da *accountability*, percebe-se que

Os achados mostram o quanto a *accountability* é um processo interdependente entre suas dimensões. Os fluxos relacionados à informação podem ter influência na discussão e nas consequências, mas isso não significa que precisemos, sempre, estudá-los em conjunto. O fato de o governo ter uma estratégia para responder as mensagens aos cidadãos e de prover justificativas aos questionamentos é outra evidência de que as plataformas digitais podem ser usadas para promover *accountability*. Por outro lado, é preciso que um governo com verdadeira intenção de usar as plataformas de redes sociais como instrumento democrático procure formas de olhar mais atentamente às demandas que não partem apenas de grupos organizados na plataforma (OLIVEIRA, 2018, p. 86).

A presente monografia buscou elucidar a comunicação da ciência por mídias sociais como maneira de promoção da *accountability* da informação e da transparência ativa, em um momento em que a informação de qualidade se faz tão necessária. Observar a comunicação da ciência por parte de governos em um momento de crise na saúde pública e pandemia mundial é importante. A dimensão da informação da *accountability* e a transparência ativa são características fundamentais de um governo democrático e preocupado em representar dignamente os seus representados.

Uma lacuna deixada por esta monografia foi a análise da dimensão da discussão da *accountability*. Estudando os comentários deixados pelos representados nos tuítes mais relevantes de ambos os governos, novas análises poderiam ter sido realizadas. Perguntas para agenda de pesquisa seriam: em que medida a sociedade civil se sente representada pelas ações tomadas nos governos? A falta de informações sobre a vacina fez falta para a população do DF? Por outro lado, as tentativas de engajamento do governo de São Paulo em direção à “vacina do Butantan” surtiram efeito, ou o impacto da campanha de desinformação quanto à Coronavac por parte do governo Bolsonaro foram mais significativas?

5. Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASÍLIA. O DF está pronto para a vacinação. **Agência Brasília**, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/12/09/o-df-esta-pronto-para-a-vacinacao/>. Acesso em: 8 set. 2021.

AJZENMAN, Nicolás; CAVALCANTI, Tiago; DA MATA, Daniel. **More Than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior during a Pandemic** (April 22, 2020). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3582908>. Acesso em: 22 set. 2021.

ALMEIDA, Debora Rezende de. Civil society representation and digital accountability in Brazilian participatory institutions. **Journal of Chinese Governance**, [s. l.], v. 6, ed. 1, p. 81-109, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23812346.2020.1721956?journalCode=rgov20>. Acesso em: 1 set. 2021.

AMARAL, Marcelo Santos. **Congresso no Twitter: Parlamentares e partidos políticos em 140 caracteres**. Orientador: Prof. Dr. José Antonio Gomes de Pinho. 2016. 185 f. Tese (Doutor em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20206/1/Amaral%20Marcelo%20Santos.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.

ANJOS, Manoel Moabis Pereira dos. **O dispositivo coletiva de imprensa na Operação Lava Jato: Estudo das estratégias estabelecidas por fontes, assessores e jornalistas**. Orientadora: Dra. Beatriz Alcaraz Marocco. 2021. 220 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9716/Manoel%20Moabis%20Pereira%20dos%20Anjos_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 set. 2021.

ANVISA. Anvisa aprova por unanimidade uso emergencial das vacinas. **Anvisa**, [S. l.], 17 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-aprova-por-unanimidade-uso-emergencial-das-vacinas>. Acesso em: 6 ago. 2021.

ASCOM UNA-SUS. Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. 27 fev. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em: 5 set. 2021.

BALUTIS, Alan P. E-Government 2001, Part I: Understanding the Challenge and Evolving Strategies. **The Public Manager**, [s. l.], v. 30, ed. 1, Spring 2001. Disponível em: <https://www.questia.com/read/1G1-75916273/e-government-2001-part-i-understanding-the-challenge>. Acesso em: 16 ago. 2021.

BARBERIA, Lorena *et al.* Nota Técnica Nº31. **Covid 19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade**, [s. l.], ed. 31, 22 mai 2021. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/boletins/boletim-31/alcance-e-profundidade-dos-ataques-do-presidente-da-republica-e-de-politicos-a-coronavac-nas-midias-sociais-e-maior-do-que-se-imaginava-e-pode-afetar-imunizacao-no-brasil-com-fortalecimento-de-grupos/>. Acesso em: 5 set. 2021.

BIMBER, Bruce. Digital Media in the Obama Campaigns of 2008 and 2012: Adaptation to the Personalized Political Communication Environment. **Journal of Information Technology & Politics**, v. 11, ed. 2, p. 130-150, 12 maio 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/19331681.2014.895691?needAccess=true>. Acesso em: 5 out. 2021.

BOVENS, Mark. Two Concepts of Accountability: Accountability as a Virtue and as a Mechanism. **West European Politics**, [s. l.], v. 33, ed. 5: Accountability and European Governance, p. 946-967, 2010. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402382.2010.486119?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de Comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Usos e significados do conceito de comunicação pública. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. In: **XXIX Congresso Brasileiro em Ciências da Comunicação**, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>. Acesso em 4 set. 2021.

BRANDSMA, Gijs Jan. Quantitative Analysis. Separata de: BOVENS, Mark; GOODIN, Robert E.; SCHILLEMANS, Thomas (ed.). **The Oxford Handbook of Public Accountability**. Oxford: Oxford University Press, 2014. Disponível em: <https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199641253.001.0001/oxfordhb-9780199641253-e-041>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 53 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 168 p.

BRASIL. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. [S. l.], 19 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 9 set. 2021.

BUENO, Wilson da Costa. A Divulgação da Produção Científica no Brasil: A Visibilidade da Pesquisa nos Portais das Universidades Brasileiras. **Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, Curitiba, ed. 7, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36340>. Acesso em: 1 nov. 2020.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, fev./abr. 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>. Acesso em: 4 ago. 2021.

CERVI, Emerson Urizzi. Campanhas eleitorais em redes sociais: transparência ou pornografia? Os 15 primeiros anos de análises de conteúdos de campanhas eleitorais no Brasil. In: CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, Fernanda Cavassana (Orgs.). **Internet e eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP UFPR, 2016. p. 17-35.

CETIC.BR. **TIC Domicílios 2020**. [S. l.], 18 agosto 2021. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2020_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

COSTA, Antonio Roberto Faustino da; SOUSA, Cidival Moraes de; MAZOCCO, Fabricio José. Modelos de comunicação pública da ciência: agenda para um debate teórico-prático. **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 9, ed. 18, p. 149-158, jul./dez/ 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/624>. Acesso em: 27 maio 2021.

CRIS. **Já verificaram os efeitos no curto, médio e longo prazo em quem tem doença neurológica? Cardíaca? Respiratória? E as mais variadas doenças? Em quem toma remédios os mais variados tb? Claro que em 8 meses não**. [S. l.], 10 dez. 2020. Twitter: @ccristisak. Disponível: <https://twitter.com/ccristisak/status/1337082235997089795>. Acesso em: 10 set. 2021.

CRUZ, Carolina. Entenda os critérios para inclusão de novos grupos na vacinação contra Covid-19 no DF. **G1**, Brasília, 9 jul. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/07/09/entenda-os-criterios-para-inclusao-de-novos-grupos-na-vacinacao-contracovid-19-no-df.ghtml>. Acesso em: 6 ago. 2021.

CRUZ, Elaine Patrícia. Covid-19: quem escolher vacina na cidade de SP vai para o fim da fila. **Agência Brasil**, São Paulo, 27 jul. 2021b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-07/covid-19-quem-escolher-vacina-na-cidade-de-sp-vai-para-o-fim-da-fila>. Acesso em: 29 set. 2021.

CUNHA FILHO, Marcio Camargo. O que sabemos sobre transparência pública? Uma revisão bibliográfica das abordagens normativa, conceitualista e empírica. **Revista da CGU**, Brasília, v.10, n° 16, p. 878-907 jan/jun. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/34493>>. Acesso em: 24 maio 2021.

DANTAS, Dimitrius. Em SP, Doria vota com camiseta 'BolsoDoria' e sem apoio de Alckmin. **O Globo**, 28 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-sp-doria-vota-com-camiseta-bolsodoria-sem-apoio-de-alckmin-23192362>. Acesso em: 9 set. 2021.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio Teixeira de. **Comunicação para ciência. Ciência para comunicação**. Brasília. DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. Apresentação Intervozes. Direito à Comunicação no Brasil. Disponível em: <https://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00074120.pdf>. Acesso em: 4 set. 2021.

EIRÓ-GOMES, Mafalda; NUNES, Tatiana - **Relações Públicas / Comunicação Institucional / Comunicação Corporativa**: três designações para uma mesma realidade? In: CONGRESSO SOPCOM, VIII, Lisboa, 2013 - Comunicação global, cultura e tecnologia: livro de atas. Lisboa: SOPCOM/ESCS, 2013. ISBN 978-989-20-3877-3. pp. 1050-1057. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/7286>. Acesso em 1 set. 2021.

FOX, Jonathan. **Accountability Politics: Power and Voice in Rural Mexico**. New York: Oxford University Press, 2007. 451 p.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 3ª edição: Liber Livro Editora. 80 p. Série Pesquisa; v. 6, 2008.

G1. AstraZeneca e governo assinam termos da parceria para produção da vacina contra a Covid-19. **G1**, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/07/31/astrazeneca-e-governo-assinam-acordo-para-producao-da-vacina-contr-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2021.

G1. Ministério da Saúde recua e volta a liberar vacinação de adolescentes contra a Covid-19. **G1**, 22 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/vacinas/noticia/2021/09/22/ministerio-da-saude-recua-e-volta-a-liberar-vacinacao-de-adolescentes-contr-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2021.

G1. SP registra a primeira morte pelo novo coronavírus no Brasil. **G1**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/17/estado-de-sp-tem-o-primeiro-caso-de-morte-provocada-pelo-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 5 set. 2021.

G1 *et al.* Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19. **G1**, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>. Acesso em: 5 set. 2021.

GALVÃO, Walder. Exonerado, ex-secretário de Saúde do DF perde foro especial e denúncia será analisada na primeira instância. **G1**, Brasília, 15 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/09/15/exonerado-ex-secretario-de-saude-do-df-perde-foro-especial-e-denuncia-sera-analisada-na-primeira-instancia.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2021.

GALVÃO, Walder. Ibaneis rebate críticas de Bolsonaro sobre toque de recolher no DF: ‘Desta vez eu discordo dele’. **G1**, Brasília, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/03/12/ibaneis-rebate-criticas-de-bolsonaro-sobre-toque-de-recolher-no-df-desta-vez-eu-discordo-dele.ghtml>. Acesso em: 9 set. 2021.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. A ciência entre a infodemia e outras narrativas da pós-verdade: desafios em tempos de pandemia. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 26, ed. 7, p. 2863-2872, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MWfcvZ797BYyNSJBQTPNP8K/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2021.

GOVERNO DE S. PAULO. **#VacinaJá #BoraVacinar Já está a caminho de Guarulhos a #vacina contra a #Covid19!. 4,6 milhões de doses saem do Instituto Butantan para o depósito do Ministério da Saúde, que fará a distribuição das doses por todo o país.** [S.l.] 17 jan. 2021. Twitter: @governosp. Disponível em: <https://twitter.com/governosp/status/1350926658073722880>. Acesso em: 6 out. 2021.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF. **Boletim Check-up da Saúde.** [S. l.], 17 dez. 2020. Twitter: @Gov_DF. Disponível em: https://twitter.com/Gov_DF/status/1339719893340598278. Acesso em: 15 set. 2021.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF. **Mesmo diante da retomada de diversos setores, o GDF continua mobilizado no enfrentamento da Covid-19. São diversas ações, fiscalizações e, é claro, já temos o plano estratégico e operacional da vacinação contra a Covid-19 no DF.** [S. l.], 11 jan. 2021. Twitter: @Gov_DF. Disponível em: https://twitter.com/Gov_DF/status/1348730444372701185. Acesso em: 10 set. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, A. Calendário Epidemiológico. *In: Saúde.* [S. l.], 2 dez. 2019. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/aceso-a-informacao/712-suvisa/vigil%C3%A2ncia-epidemiol%C3%B3gica/8412-calendario-epidemiologico>. Acesso em: 10 set. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Plano Estadual de Imunização de São Paulo**, v. 1, janeiro de 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/12/Apresentacao-PEI.pdf>. Acesso em: 9 set. 2021.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. *In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). Metodologia de pesquisa em Jornalismo.* 3ª. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010. Coleção Fazer Jornalismo. p. 123-142.

HOMERO, Valquíria. Primeiras 120 mil doses da CoronaVac chegam a São Paulo. **Poder360**, [S. l.], 18 nov. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/primeiras-120-mil-doses-da-coronavac-chegam-a-sao-paulo/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

IRINEU, Fernanda; YOSHIMINE, Rita; ALVES, Pedro. Secretário de Saúde do DF, Osnei Okumoto é exonerado. **G1**, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/08/26/osnei-okumoto-e-exonerado.g1.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

federal/noticia/2021/08/26/secretario-de-saude-do-df-osnei-okumoto-e-exonerado.ghtml. Acesso em: 15 set. 2021.

IRWIN, Alan. Risk, science and public communication: Third-order thinking about scientific culture. *In*: BUCCHI, Massimiano; TRENCH, Brian (ed.). **Handbook of Public Communication of Science and Technology**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2008. Cap. 12, p. 199-212.

INSTITUTO BUTANTAN. **Ensaio Clínicos**. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://butantan.gov.br/pesquisa/ensaios-clinicos>. Acesso em: 9 set. 2021.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

LAU, Tuenyu *et al.* Adoption of e-government in three Latin American countries: Argentina, Brazil and Mexico. **Telecommunications Policy**, [s. l.], n. 32, p. 88-100, 2008. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1016/j.telpol.2007.07.007>. Acesso em 9 set. 2021.

LOBATO, Giovanna B. *et al.* Fire and Fury: How Donald Trump's tweets shape the perception of Mexico and the wall. *In*: AMARAL, Anna Angélica Nogueira (org.). **Forging Connections: When dialogue prevails over walls**. Brasília: Art Letras Gráficas e Editora, 2018. cap. 3, p. 87-112.

MATOSO, Filipe; YOSHIMINE, Rita; HANNA, Wellington. Secretário de Saúde do DF deixa cargo em meio à crise do coronavírus. **G1**, 16 mar. 2020. Disponível: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/03/16/secretario-de-saude-do-df-deixa-o-cargo-em-meio-a-crise-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 14 set. 2021.

MENICUCCI, T.; MARQUES, A. Cooperação e coordenação na implementação de políticas públicas: o caso da saúde. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 59, p. 823-865, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v59n3/0011-5258-dados-59-3-0823.pdf>. Acesso em 9 set. 2021

MICHENER, Gregory; CONTRERAS, Evelyn; NISKIER, Irene. Da opacidade à transparência?: Avaliando a Lei de Acesso à Informação no Brasil cinco anos depois. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, ed. 4, p. 610-629, jul./ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000400610&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 mar. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: UNESP, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Ministério da Saúde fecha acordo com Pfizer e Janssen para mais 138 milhões de doses de vacinas covid-19. **Ministério da Saúde**, 19 mar. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-fecha-acordo-com-pfizer-e-janssen-para-mais-138-milhoes-de-doses-de-vacinas-covid-19>. Acesso em: 9 set. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19**, v. 1, 16 dez. 2020. Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1a-Edic%CC%A7a%CC%83o-Plano-Nacional-de-Vacinac%CC%A7a%CC%83o-contr-Covid_V1_16dez20.pdf. Acesso em: 9 set. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19**, v. 10, 14 ago. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/plano-nacional-de-vacinacao-covid-19/view>. Acesso em: 5 out. 2021.

NERESINI, Federico; PELLEGRINI, Giuseppe. Evaluating public communication of science and technology. TRENCH, Brian (ed.). **Handbook of Public Communication of Science and Technology**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2008. Cap. 12, p. 237-251.

O GLOBO. Bolsonaro x Doria: do voto 'bolsodoria' e troca de elogios à guerra política da vacina. **O Globo**, 19 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/video-depois-de-andar-de-moto-jetski-bolsonaro-arrisca-flexoes-de-braco-durante-agenda-em-sp-23750354>. Acesso em: 9 set. 2021.

O GLOBO. Vídeo: Depois de andar de moto e jet-ski, Bolsonaro arrisca flexões de braço durante agenda em SP. **O Globo**, 25 jan. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-doria-do-voto-bolsodoria-troca-de-elogios-guerra-politica-da-vacina-24850178>. Acesso em: 9 set. 2021.

OLIVEIRA, Maria Carolina Lopes de. **Accountability e plataformas digitais de redes sociais: o caso do Governo do Distrito Federal no Facebook**. Orientador: Prof. Dra. Marisa von Bülow. 2018. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/33742>. Acesso em: 2 ago. 2021.

OLIVEIRA, Maria Carolina Lopes de; BACCARIN, Matheus; GUIMARÃES, Larissa Souza. Três meses, três ministros: o conteúdo do Instagram do Ministério da Saúde na pandemia da Covid-19. *In: 44º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2020, Online. Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS [...]. [S. l.: s. n.], 2020.*

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 5 set. 2021.

OPAS. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em: 5 set. 2021.

PANAGIOTOPOULOS, Panagiotis.; SAMS, Steven. An Overview Study of Twitter in the UK Local Government. *In: Transforming Government Workshop*. Brunel University: London,

2012. Dyspneal em:
<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.426.9572&rep=rep1&type=pdf>.
Acesso em: 2 set. 2021.

PAULA, Alexandre de. Alinhamento entre Ibaneis e Bolsonaro se torna mais evidente em 2020. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 dez, 2020. Disponível em:
<https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2020/12/4896981-alinhamento-entre-ibaneis-e-bolsonaro-se-torna-mais-evidente-em-2020.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

PAULINO, Fernando. O., GUAZINA, Liziane., & OLIVEIRA, Madalena. (2016). Serviço público de mídia e comunicação pública: conceito, contextos e experiências. **Comunicação E Sociedade**, 30, 55-70. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/806>. Acesso em: 4 ago. 2021.

PERES, Edis Henrique. Adolescentes de 13 anos serão vacinados no DF a partir de terça-feira. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 set. 2021. Disponível em:
<https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2021/09/4950265-ibaneis-anuncia-inicio-de-vacinacao-para-13-anos-na-terca-feira-21-9.html>. Acesso em: 24 set. 2021.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/240973423_Accountability_ja_podemos_traduzila_para_o_portugues. Acesso em: 4 ago. 2021.

POLDI, Francesco. Twint - Twitter Intelligence Tool. *In: Twintproject*. Github, 11 ago. 2019. Disponível em: <https://github.com/twintproject/twint/wiki>. Acesso em: 1 set. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (Brasil). Departamento de Segurança da Informação e Comunicações. Diretrizes para o uso seguro das redes sociais na Administração Pública Federal. **Norma Complementar, 15/IN01/DSIC/GSIPR, 11/06/2012**. [S. l.], 12 jun. 2012. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Norma-Complementar-n%C2%BA-15IN01DSICGSIPR.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

RECUERO, Raquel. Discutindo Análise de Conteúdo como método: o #diadaconsciêncianegra no Twitter. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 56, ed. 2, p. 289-309, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8641480>. Acesso em: 2 ago. 2021.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe Bonow. O Discurso Desinformativo sobre a Cura da COVID-19 no Twitter: Estudo de Caso. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-**

Graduação em Comunicação, [s. l.], v. 24, p. 1-29, jan-dez 2021. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2127/2008>. Acesso em: 11 ago. 2021.

RECUERO, Raquel; SOARES, Felipe; ZAGO, Gabriela. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **Contracampo**, Niterói (RJ), v. 40, ed. 1, p. 1-17, jan-abri 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/45611>. Acesso em: 4 set. 2021.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela. Em busca das "redes que importam": redes sociais e capital social no Twitter. **Líbero**, São Paulo, v. 12, ed. 24, p. 81-94, dez. 2009. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/Em-busca-das-%E2%80%9Credes-que-importam%E2%80%9D.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

ROSITO, Caroline. Doria registra pré-candidatura a presidente e promete vice mulher se escolhido. **CNN**, São Paulo, 20 set. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/doria-registra-pre-candidatura-a-presidente-e-promete-vice-mulher-se-escolhido/>. Acesso em: 29 set. 2021.

SCHEDLER, Andreas. Conceptualizing Accountability. *In*: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (ed.). **The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies**. London: Lynne Rienner, 1999. cap. 2, p. 13-28. Disponível em: https://works.bepress.com/andreas_schedler/22/. Acesso em: 30 ago. 2021.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. **Redes Sociais**. [S. l.], 16 out. 2019. Disponível em: <http://www.comunicacao.df.gov.br/redes-sociais/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SECRETARIA DE SAÚDE (Distrito Federal). **Plano Operacional de Vacinação contra a Covid-19**, v. 1, janeiro de 2021. Disponível em: https://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano_54453103_PLANO_OPERACIONAL_DE_VACINACAO_CONTRA_A_COVID_19_versao_2-1.pdf. Acesso em: 9 set. 2021.

SHANNON, Claude. Elwood.; WEAVER, Warren. **The Mathematical Theory of Communication**, Urbana: University of Illinois Press, 1949.

SOARES, Ingrid. Bolsonaro faz elogio a Ibaneis: “Aqui somos um só governo”. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 ago. 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/08/4941777-bolsonaro-faz-elogio-a-ibaneis-aqui-somos-um-so-governo.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

STF. STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. **Portal de notícias do STF**, [S. l.], 15 abr. 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>. Acesso em: 31 out. 2021.

TOLDO, Claudia; COSTELLA, Roberta. A língua como interpretante da linguagem não verbal da era digital: o signo Emoji. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, [s. l.], v. 22, ed. 1, p. 73-90, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/32288>. Acesso em: 15 set. 2021.

TORQUATO, Gisela Palmieri; SOARES, Fabiana de Menezes. Transparência Ativa no Ciclo Orçamentário: do direito à informação ao direito à participação. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 221, ed. 38, p. 87-121, jul./dez/ 2020. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/391>. Acesso em: 2 ago. 2021.

VALENTE, Jonas. Saúde anuncia compra de 100 milhões de doses da CoronaVac. **Agência Brasil**, Brasília, 7 jan. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/saude-anuncia-compra-coronavac>. Acesso em: 9 set. 2021.

VICENTE, Natalí Ilza. **O uso do Twitter e Facebook para divulgação científica**: um estudo netnográfico em perfis de bibliotecas universitárias federais do sul do Brasil. Orientador: Prof^a. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) - Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/18739526-O-uso-do-twitter-e-facebook-para-divulgacao-cientifica-um-estudo-netnografico-em-perfis-de-bibliotecas-universitarias-federais-do-sul-do-brasil.html>. Acesso em: 26 maio 2021.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. **Heterogeneidade e subjetividade no discurso da divulgação científica**. Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti. 1997. 211 f. Tese (Doutor em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasiliana/media/ZamboniLilianMarciaSimoeseTese.pdf>. Acesso em: 28 maio 2021.

APÊNDICE I - Caderno de Códigos para Análise de Conteúdo

Categoria de análise principal (Nó)	Subnó	Exemplo
Assunto da publicação (qual o assunto)	<ol style="list-style-type: none"> 1. COVID-19 <ol style="list-style-type: none"> a. Afetados (quantidade de infectados ou mortos, leitos de UTI) b. Vacina (chegada de novas doses, quantidade de vacinados, novas pesquisas) c. Serviços afetados pela COVID-19 (educação, transporte, etc) d. Anúncios relacionados à COVID-19 (construção de UPAs, abertura de leitos) 2. Outros temas ligados à Saúde (Campanhas relacionadas a outras doenças, como Dengue, HIV, etc) 3. Outros 	<p>Boletim Check-up da Saúde</p> <p>Saiu resultado da licitação do Hospital Oncológico</p> <p>UBS é reformada para atender até 35 mil pessoas em Ceilândia</p> <p>O DF está pronto para a vacinação</p> <p>http://bit.ly/agenciabrasilianoticias_coronavirus⁴³</p> <p>Classificação: Vacina</p> <p> Vacina do @butantanoficial contra o #coronavirus apresenta 50,38% de eficácia global, índice superior ao patamar exigido pela OMS.</p> <p>Proteção é de 78% em casos leves e 100% contra casos moderados e graves da COVID-19.</p> <p>Entenda >> bit.ly/2K9aJtb</p> <p>#VacinaJá #governoSP</p> <p>Classificação: Vacina</p>
Emissor da mensagem (quem é o principal emissor da informação)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governador 2. Secretário de Saúde 3. Outro membro do governo 4. Instituto de Pesquisa 5. Não está claro 6. Outros 	<p>Boletim Check-up da Saúde</p> <p>Saiu resultado da licitação do Hospital Oncológico</p> <p>UBS é reformada para atender até 35 mil pessoas em Ceilândia</p> <p>O DF está pronto para a vacinação</p>

⁴³ https://twitter.com/Gov_DF/status/1339719893340598278

		<p>http://bit.ly/agenciabrasilianoticias_coronavirus Classificação: Outro</p> <p> Vacina do @butantanoficial contra o #coronavírus apresenta 50,38% de eficácia global, índice superior ao patamar exigido pela OMS.</p> <p>Proteção é de 78% em casos leves e 100% contra casos moderados e graves da COVID-19.</p> <p>Entenda >> bit.ly/2K9aJtb</p> <p>#VacinaJá #governoSP Classificação: Outro membro do governo</p>
<p>Fonte da informação (Cita alguma fonte oficial?)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fonte Oficial <ol style="list-style-type: none"> a. Ministério da Saúde b. Fiocruz c. Instituto Butantan d. OMS e. Secretaria de Saúde f. Anvisa 2. Fonte Não-Oficial 3. Não cita fonte. 4. Outros 	<p>Boletim Check-up da Saúde</p> <p>Saiu resultado da licitação do Hospital Oncológico</p> <p>UBS é reformada para atender até 35 mil pessoas em Ceilândia</p> <p>O DF está pronto para a vacinação</p> <p>http://bit.ly/agenciabrasilianoticias_coronavirus Classificação: Secretaria de Saúde</p> <p> Vacina do @butantanoficial contra o #coronavírus apresenta 50,38% de eficácia global, índice superior ao patamar exigido pela OMS.</p>

		<p>Proteção é de 78% em casos leves e 100% contra casos moderados e graves da COVID-19.</p> <p>Entenda >> bit.ly/2K9aJtb</p> <p>#VacinaJá #governoSP Classificação: Instituto Butantan</p>
Intenção da informação (Qual o propósito que a mensagem está cumprindo)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desmente notícia falsa 2. Presta recomendação à população 3. Presta serviço público à população <ol style="list-style-type: none"> a. Informação sobre eficácia b. Informação sobre chegada de novas vacinas c. Informação sobre locais/datas de vacinação 4. Anuncia atividade do governo ou do governador 5. Outros 	<p>Boletim Check-up da Saúde</p> <p>Saiu resultado da licitação do Hospital Oncológico</p> <p>UBS é reformada para atender até 35 mil pessoas em Ceilândia</p> <p>O DF está pronto para a vacinação</p> <p>http://bit.ly/agenciabrasilianoticias_coronavirus Classificação: Presta recomendação ou serviço público</p> <p> Vacina do @butantanoficial contra o #coronavírus apresenta 50,38% de eficácia global, índice superior ao patamar exigido pela OMS.</p> <p>Proteção é de 78% em casos leves e 100% contra casos moderados e graves da COVID-19.</p> <p>Entenda >> bit.ly/2K9aJtb</p> <p>#VacinaJá #governoSP Classificação: Presta recomendação ou serviço público</p>
Questão federalista	1. Referência ao governo	#SOSManaus: São Paulo

	<p>federal</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Referência combativa (tem como objetivo refutar ou bater de frente com direcionamento do governo federal) b. Referência de alinhamento (tem como objetivo se alinhar com direcionamento do governo federal) c. Referência neutra <ol style="list-style-type: none"> 2. Referência a outros governos estaduais 3. Não faz referência 	<p>disponibiliza 40 respiradores desenvolvidos pela USP para o Amazonas. As unidades podem ser usadas em locais remotos e em unidades de tratamento intensivo (UTIs) já que são portáteis e não dependem de ar comprimido. Saiba mais em: https://t.co/d1xZ4zKgQc https://t.co/Ekr4CwMXnJ Classificação: Referência a outros governos estaduais</p>
<p>Formato da informação* (Como a mensagem está sendo comunicada). *Este é o único nó no qual mais de um subnó pode ser indicado.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Texto (se for apenas texto) 2. Imagem (Foto ou vídeo) 3. Link <ol style="list-style-type: none"> a. Agência de notícias oficial b. Outra agência de notícia ou veículo de comunicação c. Outros 4. Meio de interação (enquete, etc) 5. Uso de hashtags ou emojis 	<p>Boletim Check-up da Saúde Saiu resultado da licitação do Hospital Oncológico UBS é reformada para atender até 35 mil pessoas em Ceilândia O DF está pronto para a vacinação</p> <p>http://bit.ly/agenciabrasilianoticias_coronavirus Classificação: Imagem + Link para Agência de notícias oficial + Uso de Hashtags ou emojis</p> <p> Vacina do @butantanoficial contra o #coronavirus apresenta 50,38% de eficácia global,</p>

		<p>índice superior ao patamar exigido pela OMS.</p> <p>Proteção é de 78% em casos leves e 100% contra casos moderados e graves da COVID-19.</p> <p>Entenda >> bit.ly/2K9aJtb</p> <p>.</p> <p>#VacinaJá #governoSP</p> <p>Classificação: Imagem + Link para Agência de notícias oficial + Uso de Hashtags e Emojis</p>
--	--	---